

N.º 19

2011 - 2018

(junho 2019)





Nota introdutória

O BOEP — Boletim Estatístico do Emprego Público — é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar à informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 1.º trimestre 2019.

A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo sector público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos.

O presente BOEP é consistente com os dados de emprego e remunerações da série, desde o 4.º trimestre 2011, publicada na SIEP do 1.º trimestre 2019, incluindo a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo de entidades definidas pelo INE, I.P. na aplicação do referencial metodológico do Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), em vigor e obrigatório em todos os Estados Membros da União Europeia desde setembro de 2014 (cf. *IV. Notas Técnicas*).

A informação estatística mais detalhada é apresentada em ficheiros Excel.

Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Realização: Departamento de Informação da Organização do Estado e do Emprego Público (DIOEP)

Rua da Alfândega, n.º 5, 2.º 1149-095 Lisboa

deep@dgaep.gov.pt
http://www.dgaep.gov.pt/

ISSN: 2182-7303



Neste número

I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	. 5
1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia	. 5
2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector	10
2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector	10
2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector	13
3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo	14
3.1 Dirigentes nas administrações públicas	14
3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo	16
3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo	
3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo	19
4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica	20
5. Trabalhadores com deficiência	24
II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	25
6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público	25
7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público	26
8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público	28
9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público	30
III. OUTROS INDICADORES	31
10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I	31
11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS	33
12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS	39
13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado	42
IV. NOTAS TÉCNICAS	43
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	47



SIGLAS, ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE):

AE-19: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-28: AE-19; Bulgária; Croácia; Dinamarca; Hungria; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

Abr. - Abril

AC - Administração Central

Adm. - Administração/Administrações

AE - Área do Euro

AL - Administração Local

AP - Administrações Públicas

AR - Administração Regional

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da

Administração Pública de 2005

CAE Rev.3 - Classificação portuguesa das atividades

económicas, revisão 3

Bachar. - Bacharelato

DEEP - Departamento de Estatística do Emprego Público

Dez. - Dezembro

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego

Público

DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

DIOEP - Departamento de Informação da Organização do

Estado e do Emprego Público

EPE - Entidade Pública Empresarial

Equiv. - Equivalente

EUROSTAT - Serviço de Estatística da União Europeia

FAS - Forças armadas e de segurança

GMM - Ganho médio mensal

H - Homens
Jun. - Junho

INE - Instituto Nacional de Estatística

INE/DCN - INE/Departamento de Contas Nacionais

Licenc. - Licenciado

M - Mulheres

N.º - Número

n.d. - Não disponível

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins

Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Económico

Out. - Outubro

PIB - Produto Interno Bruto

Pop. - População

p.p. - Pontos percentuais

PT - Portugal

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

RBMM - Remuneração base média mensal

Secund. - Secundário

Seg. - Segurança

SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

SME - Situação de Mobilidade Especial

T - Trimestre

UE - União Europeia

Var. - Variação

% - Percentagem

Sinais convencionais:

(-) Não aplicável ou valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador

NOTAS:

Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

Os quadros detalhados encontram-se disponíveis em formato Excel em www.dgaep.gov.pt

Consulte os Quadros Excel BOEP n.º 19



I. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

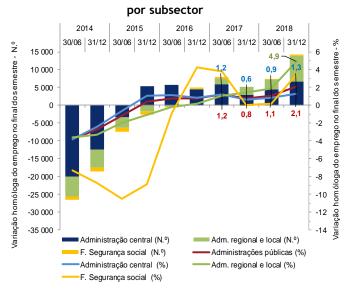
Em 31 de dezembro de 2018, o emprego nas administrações públicas situava-se nos 683 591 postos de trabalho, o que representa uma variação de menos 6,1% face a 31 de dezembro de 2011 (menos 44 194 postos de trabalho) e um aumento de 2,1% em termos homólogos (mais 14 270 postos de trabalho). Para este comportamento contribuiu essencialmente o subsector da administração central o qual representa 75,6% do emprego no sector das administrações públicas (Gráficos 1.1 e 1.2).

800 000 727 785 _{720 252} 699 901 688 820 660 038 664 168 668 006 669 321 675 233 683 591 674 927 662 240 656 376 654 762 659 144 700 000 600 000 Postos de trabalho (N.º) 5.6% 5.6% 5.6% 5,6% 5,6% 5,6% 5,6% 5,6% 500 000 76.2% 75.8% 75.9% 75.6% 75.5% 75.6% 75.9% 76.2% 76.2% 76.29 76.0% 75 60 400 000 300 000 200 000 100 000 0 30 iun. 31 dez. 31 dez. 30 iun. 31 dez. 2011 2012 2012 2013 2013 2014 2014 2015 2015 2016 2016 2017 2017 2018 Administração Central Adm. Regional dos Açores e da Madeira ■ Administração Local Fundos de Segurança Social Administrações Públicas

Gráfico 1.1 Emprego no sector das administrações públicas

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP- SIEP 1.ºT 2019

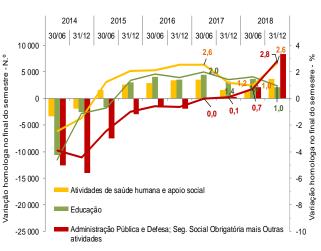
Gráficos 1.2 Emprego nas administrações públicas - variação homóloga no final do semestre



Na análise da variação homóloga do emprego por **atividade económica** salienta-se, no final de 2018, o contributo positivo do emprego nas atividades de administração pública e defesa, segurança social obrigatória e outras atividades, com mais 8397 postos de trabalho, correspondente a uma variação de 2,8%. Por outro lado, o comportamento deste indicador para a atividade de saúde humana e apoio social indicia uma variação de 2,6% (mais 3 678 postos de trabalho). Na atividade de educação, o emprego registou um crescimento menos acentuado, com mais 2 195 postos de trabalho, correspondente a uma variação homóloga de 1,0%.

Por subsector, na comparação relativa ao final de semestres homólogos, o sector das administrações públicas registou uma variação positiva de 2,1% (gráfico à esquerda), tendo sido o subsetor da administração regional e local que mais contribuiu para esse aumento, com uma variação de 4,9%. A administração central tem revelado desde o final de 2015, crescimentos na ordem de 1%, exceto no final de 2017 com desaceleração para 0,6%, atingindo o seu valor máximo no último trimestre de 2018 com 1,3%.

por atividade

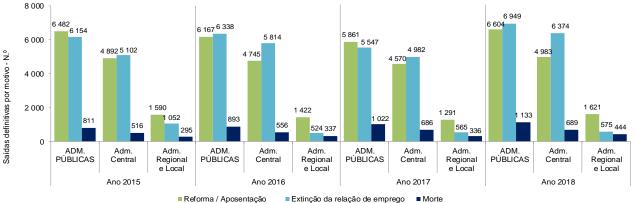




Não considerando as saídas de trabalhadores por caducidade de contrato a termo (certo ou incerto), no ano de 2018, a passagem à situação de reforma/aposentação representa 45,0% das saídas definitivas de trabalhadores nas administrações públicas (6 604 saídas) e 41,4% e 61,4% das saídas definitivas de trabalhadores na administração central e na administração regional e local, respetivamente (Gráfico 1.3).

Os fluxos trimestrais de entradas e saídas de trabalhadores ao longo da série evidenciam, em particular, o impacto na variação do emprego público, do início e do fim de cada ano escolar (Gráfico 1.4).

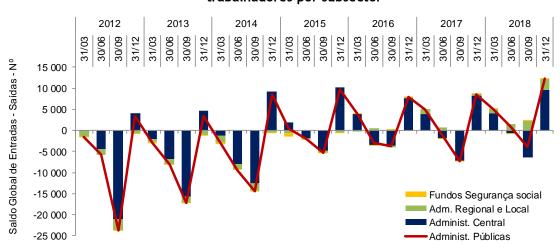
Gráfico 1.3 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados 6 604



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP- SIEP 1.ºT 2019 Nota: Fundos de segurança social incluídos no respetivo subsector

■ Reforma / Aposentação

Gráfico 1.4 Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsector



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP- SIEP 1.ºT 2019

No final de 2018, em cada 100 trabalhadores que constituem a população ativa (empregados e desempregados) 13,1 trabalhavam numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). O efeito da diminuição do emprego na administração central face a 2011 contribuiu significativamente para a evolução deste indicador ao longo da série (Gráfico 1.5).

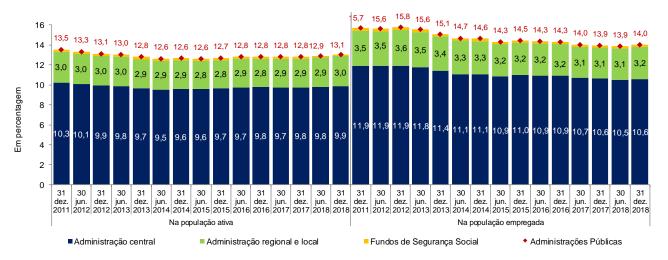
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2018

Unidade: Postos de trabalho		o nas admin por sexo 31			na popula ente por se			na popula a por sexo			o na popula gada por se	
	•	Mulheres	Total		Mulheres	Total		Mulheres	Total		Mulheres	Total
Administrações públicas	272 316	411 275	683 591	5,6	7,6	6,7	10,2	16,0	13,1	10,9	17,3	14,0
Administração central	191 169	325 313	516 482	3,9	6,0	5,0	7,2	12,7	9,9	7,6	13,7	10,6
Administração regional e local	79 189	77 379	156 568	1,6	1,4	1,5	3,0	3,0	3,0	3,2	3,3	3,2
Administração regional dos Açores	6 220	12 061	18 281	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	0,5	0,4
Administração regional da Madeira	5 764	13 509	19 273	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	0,4	0,2	0,6	0,4
Administração local	67 205	51 809	119 014	1,4	1,0	1,2	2,5	2,0	2,3	2,7	2,2	2,4
Fundos de Segurança Social	1958	8 583	10 541	0,0	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,4	0,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP- SIEP 1.ºT 2019; INE - Inquérito ao Emprego 4.ºT 2018



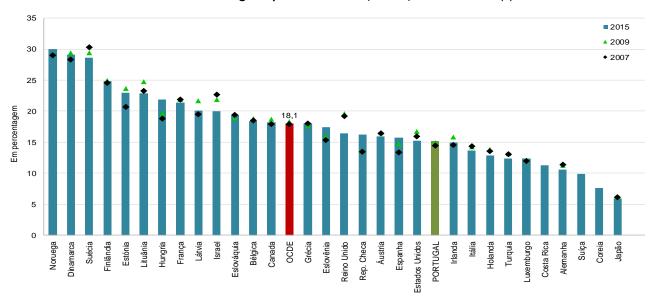
Gráfico 1.5 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP- SIEP 1. °T 2019; INE - Inquérito ao Emprego 4. °T 2018

O emprego nas administrações públicas varia significativamente entre os países da OCDE. Para os anos 2007, 2009 e 2015, os países nórdicos, como Noruega, Dinamarca e Suécia apresentam os níveis mais altos de emprego público (aproximadamente 30% da população empregada), enquanto os países da OCDE da região asiática, Coreia e Japão, apresentam os níveis mais baixos. Embora muitos países da OCDE registem reduções consideráveis de emprego público nas administrações centrais, como consequência das medidas de austeridade aplicadas no seguimento da crise financeira de 2008, a média do emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada, para o conjunto dos países da OCDE considerados, manteve-se relativamente estável (18,1%) (Gráfico 1.6).

Gráfico 1.6 Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2007, 2009 e 2015 (*)



Fontes: OCDE Government at a Glance 2015; OCDE National Accounts Statistics (database); Labour Organization (ILO), ILOSTAT (database); DGAEP-DIOEP Nota: (*) A informação para Austrália, Chile, Islândia, México, Nova Zelândia e Polónia não está disponível. Os dados da Coreia e da Suíça não são considerados no cálculo da média de OCDE, devido a falhas nas respetivas séries temporais. Os dados para Luxemburgo e Canadá referentes a 2010 e 2015 respetivamente, são estimados. Para Portugal, Suíça, Turquia e Costa Rica utilizaram-se os dados de 2014, ao invés de 2015 e, no caso dos Estados Unidos da América, os dados de 2008 ao invés de 2009.

Em Portugal, a taxa de feminização no sector público (administrações públicas e sociedades públicas) em 2015, encontrava-se praticamente ao nível do valor médio dos países da OCDE. Por outro lado, a estrutura por grupos etários dos trabalhadores na administração central segue a tendência de envelhecimento das administrações centrais dos países da OCDE, apresentando, em média, mais trabalhadores com idades iguais ou superiores a 55 anos do que iguais ou inferiores a 34 anos (19,6% e 12,5% respetivamente) (Gráficos 1.7 e 1.8).



Gráfico 1.7 Taxa de feminização no sector público (administrações públicas e sociedades públicas) em Portugal e países da OCDE

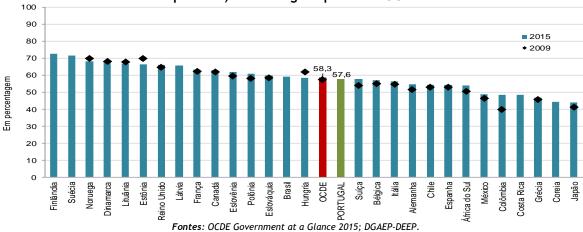
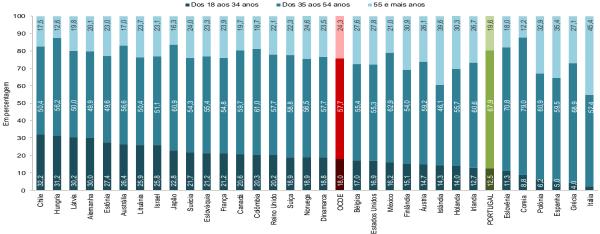


Gráfico 1.8 Estrutura por grupos etários dos trabalhadores na administração central em Portugal e países da OCDE, 2015 (*)



Fontes: OCDE Government at a Glance 2015; OCDE (2016) Survey on the Composition of the workforce in Central/federal Governments; DGAEP-DEEP

Nota: (*) OCDE - Dados do inquérito de 2016 para a administração central, excluindo, para todos os países: médicos, enfermeiros,
docentes de todos os níveis de ensino, forças de segurança, militares e juízes, bem como trabalhadores no sector empresarial do Estado.

Em Portugal, em comparação com o **índice de participação das mulheres** no mercado de trabalho em geral (49,1%) é de realçar a elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas onde, em média, em cada 10 trabalhadores mais de 6 são mulheres (60,2%). Nas administrações regionais dos Açores e da Madeira a taxa de feminização é particularmente elevada, respetivamente de 66,0% e 70,1% (Gráfico 1.9). Por outro lado, o **nível de tecnicidade do emprego** nas administrações públicas, medido pelo peso dos trabalhadores com ensino superior, é elevado (52,9%), situando-se 25,5 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa. O valor máximo deste indicador registase na administração central (58,8%) e o mínimo na administração local (27,2%) (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.9 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2018

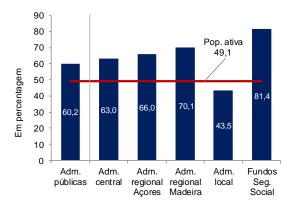
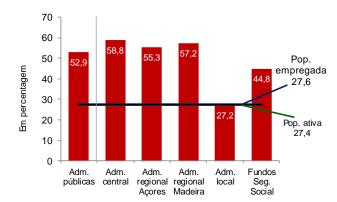


Gráfico 1.10 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.ºtrimestre 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP- SIEP 1. °T 2019; INE - Inquérito ao Emprego 4. °T 2018



Gráfico 1.11 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2018 (ano terminado no trimestre)

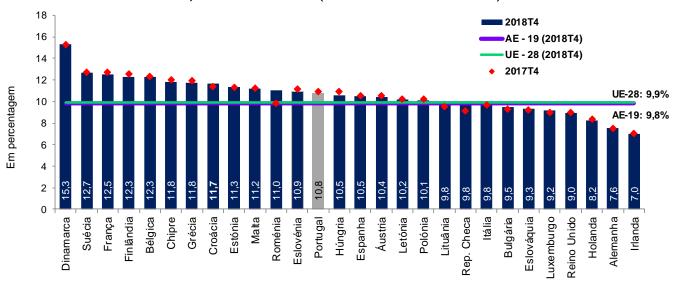


Gráfico 1.12 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)

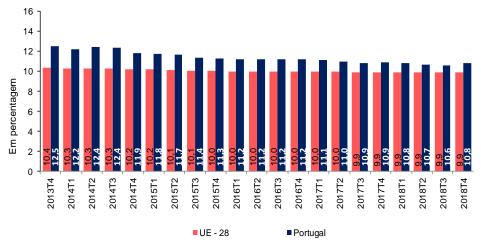
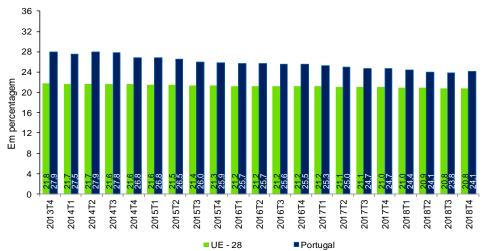


Gráfico 1.13 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)



Fontes (Gráficos 1.10 a 1.12): EUROSTAT - Quarterly non-financial accounts for general government, SEC 2010, dados disponíveis em 06-06-2019. Ano terminado no trimestre = soma de 4 trimestres; DGAEP/DIOEP

As remunerações das administrações públicas em contas nacionais em Portugal, no ano terminado no 4.º trimestre de 2018, representavam 10,8% do PIB a preços correntes, situando-se 0,9 p.p. acima da média dos países da União Europeia (Gráficos 1.10 e 1.11).

Segundo a série de contas nacionais, com a aplicação do SEC 2010, no período considerado, Portugal integra o grupo de 24 países da União Europeia que apresentam um rácio das remunerações das administrações públicas nas remunerações do total da economia acima da média estimada para os 28 países da UE (20,8%), entre os quais: Portugal (24,1%), Hungria (24,1%), Itália (24,3%), Bélgica (24,7%), Croácia (25,4%), Polónia (25,8%), Finlândia (26,3%), Suécia (26,7%), Chipre (27,5%), Roménia (27,6%), Malta (27,7%), Dinamarca (29,1%) e Grécia (35,2%).



2. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por subsector

2.1 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por subsector

Em 31 de dezembro 2018, 32,7% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas tinha entre 45 e 54 anos de idade e 28,8% com idades acima dos 54 anos (Quadro 2.1.1 e Gráfico 2.1.1). A idade média estimada para o total dos trabalhadores das administrações públicas é de 47,4 anos, tendo aumentado 3,8 anos em comparação com o final de 2011. Não considerando as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumenta, de forma geral, para os 48,4 anos de idade, sendo a dos homens mais elevada (49 anos) relativamente à das mulheres (48,1 anos) (Gráfico 2.1.2 e Quadro 2.1.2).

Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 31 dezembro 2018

Unidade: postos de trabalho	Total			Est	trutura (9	%)		
	Emprego	Até aos	Dos 25	Dos 35	Dos 45	Dos 55	65 e mais	Total
	Emprego	24 anos	aos 34	aos 44	aos 54	aos 64	anos	TOTAL
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	683 591	1,8	10,4	26,2	32,7	26,4	2,4	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	516 482	2,2	11,6	25,8	32,6	25,6	2,2	100,0
Estado	307 420	2,9	8,4	24,7	34,7	27,3	2,0	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	201 337		16,3	27,5	29,3	23,1	2,7	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	508 757	2,2	11,6	25,8	32,6	25,6	2,2	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	13 978	1,1	7,7	18,1	39,5	31,5	2,0	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	1 623	1,0	7,8	31,5	36,9	20,5	2,5	100,0
Ministério da Administração Interna	46 150	2,3	20,8	37,0	31,0	8,7	0,3	100,0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	6 095	0,5	2,7	12,0	33,2	45,1	6,5	100,0
Ministério do Ambiente e da Transição Energética	1 760	0,1	2,6	17,7	34,4	39,8	5,4	100,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	40 345	0,8	8,6	27,5	33,3	26,1	3,7	100,0
Ministério da Cultura	2 035	0,1	3,3	15,5	35,2	40,1	5,9	100,0
Ministério da Defesa Nacional	33 329	22,4	25,6	20,7	20,4	9,9	1,0	100,0
Ministério da Economia	2 366	0,0	3,3	23,2	39,6	30,1	3,9	100,0
Ministério da Educação	178 648	0,2	3,1	23,9	37,6	32,9	2,4	100,0
Ministério das Finanças	12 399	0,0	1,5	18,3	33,4	44,3	2,5	100,0
Ministério da Justiça	15 290	0,0	6,1	21,6	39,8	31,3	1,2	100,0
Ministério do Mar	791	0,0	3,9	19,0	34,6	37,0	5,4	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 932	0,6	8,8	25,3	30,0	28,7	6,7	100,0
Ministério do Planeamento	1 263	0,0	1,7	18,6	37,2	36,3	6,1	100,0
Ministério das Infraestruturas e da Habitação	1 514	0,0	1,4	15,4	37,1	40,6	5,6	100,0
Ministério da Saúde	29 687	0,1	13,9	28,5	27,3	26,4	3,8	100,0
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	5 171	0,1	3,7	20,5	45,7	27,4	2,6	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	113 371	1,8	21,5	28,2	27,0	19,7	1,8	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	10	0,0	0,0	10,0	20,0	40,0	30,0	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	7 725	0,8	12,8	28,7	31,4	24,1	2,1	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	156 568	0,6	7,3	27,7	32,9	28,7	2,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	18 281	0,8	12,2	29,5	30,9	23,9	2,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	19 273	0,3	6,8	30,6	34,4	25,8	2,1	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	119 014	0,7	6,6	27,0	32,9	30,0	2,8	100,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	10 541	0,0	1,5	23,2	38,7	33,3	3,3	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	8 650	0,1	1,5	23,7	39,0	32,5	3,3	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	520	0,0	2,7	27,1	36,9	32,1	1,2	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	1 371	0,0	1,4	19,0	37,0	38,5	4,2	100,0
·								

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: (i) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República; (ii) Sector Empresarial inclui todas as entidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais (SEC 2010); (iii) Todos os trabalhadores ex-SME, os trabalhadores no regime de requalificação e no novo regime da valorização profissional, instituído pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, que revoga o anterior regime de requalificação.

Gráfico 2.1.1 Estrutura etária por níveis de administração

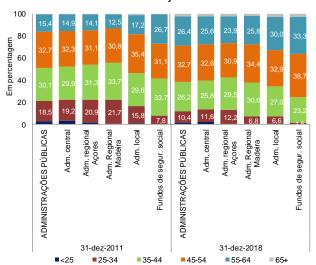
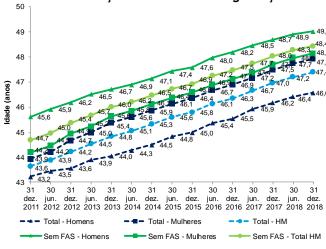


Gráfico 2.1.2 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem Forças Armadas e de Segurança



Sem FAS - excluindo Forças Armadas e de Segurança

10

boep

No segundo semestre de 2018 face ao final de 2005, observa-se uma evolução no mesmo sentido em ambos os sexos na distribuição dos trabalhadores por escalões etários: uma quebra acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos, mais evidente no caso das mulheres (menos 7,9 p.p.); em sentido contrário verifica-se o aumento do número de trabalhadores nas faixas etárias mais elevadas, a partir dos 55 anos (Gráfico 2.1.3). Esta evolução reflete essencialmente o reduzido número de novas admissões nas administrações públicas, particularmente entre 2012 e 2015. Em termos globais, a idade média das mulheres nas administrações públicas é superior em 1,3 anos em relação à dos homens, explicado pelo contributo da diferença de idades médias para os dois sexos na administração central (2,5 anos) (Quadro 2.1.2).

| dez/18 | dez/17 | dez/16 | dez/15 | dez/15 | dez/15 | dez/15 | dez/15 | dez/15 | dez/16 | dez/15 | dez/16 | dez/15 | dez/16 | dez/15 | dez/16 | d

Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e dezembro 2014 a dezembro 2018

Em percentagem

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); BDAP 2005; DGAEP/DIOEP

n

10

15

20

25

Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 31 dezembro 2018

				Indice	de renov	/ação	Indice	de juver	ntude
	Idade m			(em nú	mero in	dice)	(em nú	mero in	dice)
	(e	m anos)	ba	se = 100)	ba	se = 100)
	Н	M	Total	H	M	Total	Н	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	46,6	47,9	47,4	31,8	15,2	21,5	35,2	26,2	29,7
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	49,0	48,1	48,4	12,0	13,4	12,9	22,9	25,0	24,3
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	45,4	47,9	47,0	46,7	16,2	25,7	42,9	27,0	32,4
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	48,7	48,2	48,3	14,1	14,0	14,0	24,9	25,4	25,3
Estado	44,4	49,8	47,6	62,7	6,8	22,5	46,4	15,3	26,0
Serviços e Fundos Autónomos	47,1	45,5	46,0	25,3	35,3	31,6	37,1	46,9	43,5
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	45,3	48,0	47,0	47,1	16,1	25,7	43,0	26,8	32,4
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	50,6	48,6	49,3	7,9	16,9	13,5	11,6	20,3	17,0
Presidência do Conselho de Ministros	46,9	47,2	47,1	30,9	16,9	23,2	30,4	23,8	26,5
Ministério da Administração Interna	41,8	43,7	42,0	133,5	58,1	115,7	64,2	62,7	64,0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	54,0	53,1	53,5	4,6	2,1	3,3	7,3	6,5	6,9
Ministério do Ambiente e da Transição Energética	53,1	51,7	52,3	1,9	1,9	1,9	10,1	9,8	9,9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	48,4	48,0	48,2	14,8	11,8	13,2	25,5	25,6	25,5
Ministério da Cultura	51,8	52,8	52,5	2,9	1,9	2,2	11,3	6,8	8,2
Ministério da Defesa Nacional	35,8	42,1	37,0	560,3	102,6	345,5	167,2	82,8	144,6
Ministério da Economia	49,5	50,8	50,3	6,5	2,4	3,8	15,6	8,7	11,1
Ministério da Educação	50,6	50,1	50,2	3,2	2,8	2,9	13,2	13,2	13,2
Ministério das Finanças	51,7	52,6	52,2	0,8	0,6	0,7	5,5	4,7	5,0
Ministério da Justiça	47,6	51,2	49,5	12,5	3,4	6,8	17,6	8,4	12,6
Ministério do Mar	50,7	52,1	51,5	5,3	3,1	4,1	14,9	7,9	10,9
Ministério dos Negócios Estrangeiros	49,3	49,0	49,1	14,1	12,0	12,9	25,1	27,2	26,3
Ministério do Planeamento	53,3	51,8	52,3	1,2	1,4	1,3	5,5	5,7	5,6
Ministério das Infraestruturas e da Habitação	53,1	52,9	53,0	0,8	0,6	0,7	6,3	5,0	5,5
Ministério da Saúde	47,5	47,3	47,3	19,0	16,3	16,9	46,5	35,8	38,0
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	51,1	49,5	50,0	4,2	5,2	4,9	8,6	10,4	9,9
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	45,5	43,6	44,2	39,6	58,7	52,2	49,5	65,2	60,2
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	60,3	55,8	58,5	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	11,1
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	46,8	46,6	46,6	21,9	22,2	22,1	32,6	38,2	36,6
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	49,5	47,6	48,5	9,3	12,5	10,6	20,4	25,7	23,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	47,5	46,5	46,8	18,8	24,2	22,2	31,5	36,3	34,6
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	48,3	47,9	48,0	8,2	10,1	9,5	22,4	24,0	23,5
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	49,7	47,7	48,9	8,7	10,6	9,3	19,3	23,9	21,3
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	50,2	51,2	51,0	2,5	0,8	1,1	8,9	6,7	7,1
Fundos de Segurança Social da Administração Central	50,3	51,1	50,9	2,5	1,0	1,2	8,2	6,4	6,7
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	48,4	50,2	49,8	6,5	0,0	1,2	20,7	8,9	11,1
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	50,3	52,3	52,0	0,0	0,2	0,2	9,6	7,6	7,9

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

25

20

15

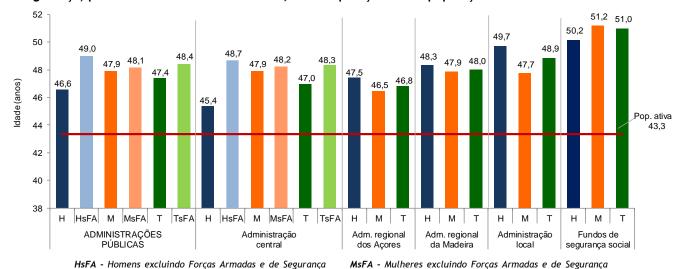
Notas: (i) a (iii) Ver notas Quadro 2.1.1. Ver também IV. Notas Técnicas - Conceitos



Em todos os subsectores das administrações públicas a idade média estimada (47,4 anos) é superior à da população ativa (43,3 anos), apresentando valores mais elevados nas entidades do subsector dos fundos de segurança social (51,0 anos) e na administração local (48,9 anos) (Gráfico 2.1.4).

Se excluirmos as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores das administrações públicas e da administração central cresce em pelo menos um ano por efeito da diminuição do índice de juventude: de 47,4 anos para 48,4 anos no caso do indicador global para as administrações públicas e de 47,0 anos para 48,3 anos no caso da administração central.

Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem Forças Armadas e de Segurança) por sexo a 31 de dezembro 2018, em comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2018



Fontes: INE - Censos 2011 e Inquérito ao Emprego 4.ºT 2018 (cálculos DGAEP/DIOEP- ver IV. Notas Técnicas); DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019)

Todos os subsectores das administrações públicas apresentam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos é inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade, situação que se tem vindo a agravar desde 2011. O indicador é particularmente baixo na administração local, para a qual a idade média é também mais elevada: em dezembro de 2018, por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos registam-se apenas 21,3 trabalhadores com menos de 40 anos de idade (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.5).

A renovação dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas é reduzida: em 31 de dezembro de 2018 por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existem apenas 21,5 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Em 31 de dezembro do ano anterior, o índice de renovação era de 22,2, o que significa que no último ano se agravaram as condições de rejuvenescimento nas administrações públicas. Este índice de renovação reduz-se para apenas 12,9 quando excluídos os trabalhadores das Forças Armadas e de Segurança, com maior número de jovens (Quadro 2.1.2 e Gráfico 2.1.6).

Gráfico 2.1.5 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)

TsFA- Total excluindo Forças Armadas e de Segurança

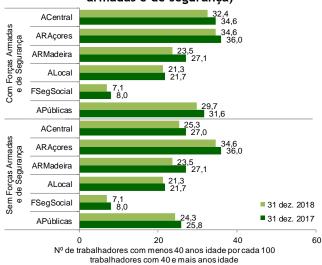
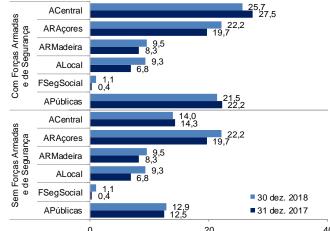


Gráfico 2.1.6 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)



N° de trabalhadores entre os 20-29 anos de idade por cada 100 trabalhadores entre os 55-64 anos de idade

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP
Notas: Cálculo dos índices - ver IV. Notas Técnicas



2.2 Nível de escolaridade e sexo nas administrações públicas por subsector

No final do segundo semestre de 2018, na administração central, as áreas governativas que apresentam maior concentração de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior são: Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (82,2%), Planeamento (75,7%), Educação (72,5%), Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (70,4%), Ambiente e da Transição Energética (68,4%), Economia (68,0%) e Saúde (67,7%). Em termos globais, no sector das administrações públicas mais de metade dos trabalhadores possuem ensino superior (52,9% face a 27,4% na população ativa total). Ainda assim, 150,8 mil postos de trabalho (22,1%) das administrações públicas estão ocupados por trabalhadores que possuem apenas o ensino básico, com peso mais significativo na administração local: 44,3% (Quadro 2.2.1). O nível de tecnicidade das mulheres nas administrações públicas assume um valor bastante acima do verificado para os homens, 36,6% e 16,4% respetivamente (Gráfico 2.2.1).

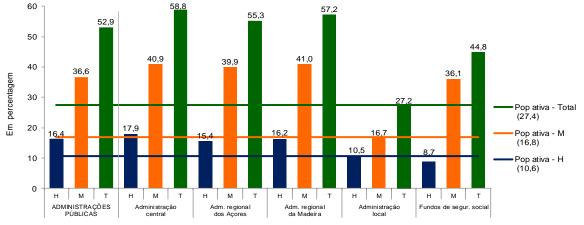
Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2018

	Ensino	básico	Ensino se	cundário	Ens	sino Super	ior		Estru	itura por ministé	rsubsecto erio (%)	or e
Unidade: postos de trabalho	Até ao 2.º	20.00	44.0	12.º ano	D. I.		Mestre e	-	Ensino	Ensino	Ensino	T 1
	ciclo	3.º ciclo	11.º ano	ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Doutor	Total	básico	secund.	superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	74 094	76 735	28 149	142 781	18 718	275 577	67 537	683 591	22,1	25,0	52,9	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	32 419	53 702	21 544	105 205	16 031	224 956	62 625	516 482	16,7	24,5	58,8	100,0
Estado	16 969	36 598	15 711	72 667	6 906	135 737	22 832	307 420	17,4	28,7	53,8	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	14 613	16 175	5 754	30 747	8 957	85 757	39 334	201 337	15,3	18,1	66,6	100,0
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	31 582	52 773	21 465	103 414	15 863	221 494	62 166	508 757	16,6	24,5	58,9	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	248	964	4 275	2 396	85	5 549	461	13 978	8,7	47,7	43,6	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	27	96	76	350	15	804	255	1 623	7,6	26,2	66,2	100,0
Ministério da Administração Interna	2 553	11 171	5 131	22 152	169	3 939	1 035	46 150	29,7	59,1	11,1	100,0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	737	539	242	1 201	271	2 631	474	6 095	20,9	23,7	55,4	100,0
Ministério do Ambiente e da Transição Energética	49	132	68	308	33	873	297	1 760	10,3	21,4	68,4	100,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	1 624	1 607	566	3 375	231	9 721	23 221	40 345	8,0	9,8	82,2	100,0
Ministério da Cultura	121	274	70	506	25	823	216	2 035	19,4	28,3	52,3	100,0
Ministério da Defesa Nacional	1 860	7 393	1 310	14 931	390	5 542	1 903	33 329	27,8	48,7	23,5	100,0
Ministério da Economia	78	164	82	432	52	1 351	207	2 366	10,2	21,7	68,0	100,0
Ministério da Educação	10 837	14 002	2 196	22 052	5 334	106 319	17 908	178 648	13,9	13,6	72,5	100,0
Ministério das Finanças	173	382	1 134	4 078	410	5 637	585	12 399	4,5	42,0	53,5	100,0
Ministério da Justiça	991	2 102	1 414	5 639	206	4 597	341	15 290	20,2	46,1	33,6	100,0
Ministério do Mar	35	45	30	187	14	315	165	791	10,1	27,4	62,5	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	236	217	113	512	106	1 429	319	2 932	15,5	21,3	63,2	100,0
Ministério do Planeamento	31	62	33	181	18	786	152	1 263	7,4	16,9	75,7	100,0
Ministério das Infraestruturas e da Habitação	56	107	111	398	46	582	214	1 514	10,8	33,6	55,6	100,0
Ministério da Saúde	1 409	1 807	823	5 553	1 382	15 164	3 549	29 687	10,8	21,5	67,7	100,0
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	97	208	163	1 065	71	3 185	382	5 171	5,9	23,7	70,4	100,0
Sector Empresarial do Estado - Entidades Reclassificadas (ii)	10 420	11 497	3 628	18 095	7 005	52 244	10 482	113 371	19,3	19,2	61,5	100,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	0	4	0	3	0	3	0	10	40,0	30,0	30,0	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	837	929	79	1 791	168	3 462	459	7 725	22,9	24,2	52,9	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	40 826	22 244	5 752	34 248	2 557	46 366	4 575	156 568	40,3	25,5	34,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	3 587	1 777	572	2 237	554	8 842	712	18 281	29,3	15,4	55,3	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	3 315	1 669	654	2 608	619	9 605	803	19 273	25,9	16,9	57,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	33 924	18 798	4 526	29 403	1 384	27 919	3 060	119 014	44,3	28,5	27,2	100,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	849	789	853	3 328	130	4 255	337	10 541	15,5	39,7	44,8	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	258	416	658	2 995	120	3 877	326	8 650	7,8	42,2	50,0	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional dos Açores	29	142	109	103	1	131	5	520	32,9	40,8	26,3	100,0
Fundos de Segurança Social da Adm. Regional da Madeira	562	231	86	230	9	247	6	1 371	57,8	23,0	19,1	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: (i) a (iii) Ver Notas Quadro 2.1.1

Gráfico 2.2.1 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2018



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 4.ºT 2018; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP



3. Caracterização do emprego e remunerações nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

3.1 Dirigentes nas administrações públicas

Em comparação com o período homólogo, observa-se um aumento de 5,1% do número total de dirigentes nas administrações públicas (aproximativamente 3,4% nos homens e 6,6% nas mulheres), mais significativa na administração regional e local (10,4%) (Quadro e Gráfico 3.1.1).

A idade média global dos dirigentes nos diversos níveis de administração situa-se nos 49,9 anos, sendo mais elevada a dos dirigentes superiores de 1.º grau: 54,7 anos em média nas administrações públicas. A administração local constitui o subsector em que a idade média global dos dirigentes é mais baixa (48,5 anos) (Gráfico 3.1.2).

Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo

	ADMI	NISTRAÇÕ	ES	ADM	INISTRAÇÃ	(O	ADMI	NISTRAÇÃ	(0	FUNDOS	DE SEGUR	ANÇA
Unidade: postos de trabalho	PÚBLI	ICAS - Tot	:al	С	ENTRAL		REGION	AL E LO	CAL	:	SOCIAL	
	31 dez	31 dez	V.H.	31 dez	31 dez	V.H.	31 dez	31 dez	V.H.	31 dez	31 dez	V.H.
Designação	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)
Total Dirigentes	11 517	12 099	5,1	6 855	7 059	3,0	3 656	4 037	10,4	1 006	1 003	-0,3
Dirigente superior:	1 584	1 662	4,9	1 187	1 261	6,2	378	383	1,3	19	18	-5,3
Dirigente Superior de 1.º grau	585	610	4,3	353	377	6,8	226	227	0,4	6	6	0,0
Dirigente Superior de 2.º grau	999	1 052	5,3	834	884	6,0	152	156	2,6	13	12	-7,7
Dirigente intermédio:	9 933	10 437	5,1	5 668	5 798	2,3	3 278	3 654	11,5	987	985	-0,2
Dirigente Intermédio de 1.º grau	2 603	2 669	2,5	1 836	1 865	1,6	705	741	5,1	62	63	1,6
Dirigente Intermédio de 2.º grau	5 155	5 382	4,4	2 617	2 693	2,9	2 130	2 283	7,2	408	406	-0,5
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2 175	2 386	9,7	1 215	1 240	2,1	443	630	42,2	517	516	-0,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo

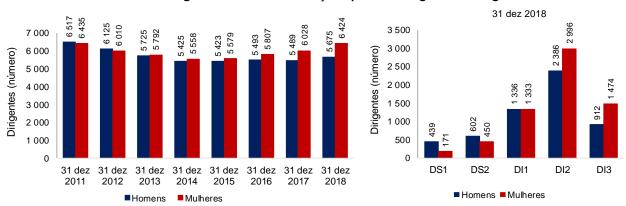


Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31 dezembro 2018



Gráficos 3.1.1 e 3.1.2: DS1 - Dirigente superior de 1º grau **DS2** - Dirigente superior de 2º grau **D1** - Dirigente intermédio de 1º grau **D12** - Dirigente intermédio de 2º grau **D13** - Dirigente intermédio de 3.º e mais graus

Fontes (Gráficos 3.1.1 e 3.1.2): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP



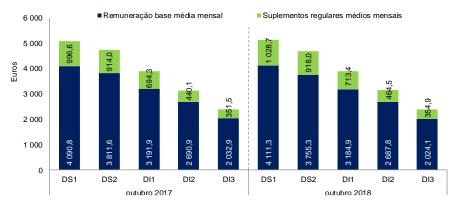
Os valores estimados da remuneração base média mensal e do ganho médio mensal do total dos dirigentes no sector das administrações públicas, em outubro 2018, registaram uma quebra face ao período homólogo (-0,8% e -0,2% respetivamente), influenciado quer pela quebra de remunerações médias estimadas dos dirigentes superiores de 2.º grau na administração central, quer pelo aumento do número de dirigentes intermédios de 3.º e mais graus, com impacto na diminuição das correspondentes remunerações médias, em particular nos subsetores da administração regional e local (Quadro 3.1.2, Gráfico 3.1.3 e Gráfico 3.1.5).

Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas

Unidade: euros	AD	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Tota Remuneração base média mensal outubro outubro (%) 2017 2018 2 842,7 2 821,0 -0,8 3 390,7 3 382,3 3918,4 3 888,1 -0,8 4864,0 4 847,4 090,8 4111,3 0,5 5087,4 5140,3 811.6 3755.3 -1.5 4725.6 4673.3			S - Total			ADMINI	STRA	ÃO CENT	RAL		ADA	AINISTRA	ÇÃO F	REGIONAL	E LOCAL	-	F	JNDOS D	E SEG	URANÇA	SOCIAL	
		,		Ganho r	nédio me	ensal		neração b lia mensa		Ganho r	nédio me	ensal		eração b lia mensa		Ganho n	nédio me	ensal		eração b ia mensa		Ganho r	nédio me	ensal
	outubro	outubro	٧.н.	outubro	outubro	V.H.	outubro	outubro	V.H.	outubro	outubro	V.H.	outubro	outubro	٧.н.	outubro	outubro	V.H.	outubro	outubro	٧.H.	outubro	outubro	V.H.
Designação	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)
Total Dirigentes	2 842,7	2 821,0	-0,8	3 390,7	3 382,8	-0,2	3 050,4	3 041,0	-0,3	3 660,8	3 687,0	0,7	2 698,5	2 655,8	-1,6	3 067,6	3 022,0	-1,5	2 020,9	1 961,3	-3,0	2 769,0	2 712,0	-2,1
Dirigente superior:	3 918,4	3 888,1	-0,8	4 864,0	4 847,4	-0,3	4 103,0	4 058,9	-1,1	5 110,1	5 079,3	-0,6	3 324,5	3 311,0	-0,4	4 050,7	4 042,5	-0,2	4 015,3	4 112,0	2,4	5 390,2	5 561,5	3,2
Dirigente Superior de 1.º grau	4 090,8	4 111,3	0,5	5 087,4	5 140,1	1,0	4 473,0	4 471,0	0,0	5 616,8	5 643,2	0,5	3 494,0	3 518,9	0,7	4 247,7	4 298,6	1,2	4 343,0	4 496,6	3,5	5 911,8	6 138,9	3,8
Dirigente Superior de 2.º grau	3 811,6	3 755,3	-1,5	4 725,6	4 673,3	-1,1	3 940,2	3 882,0	-1,5	4 887,0	4 837,3	-1,0	3 034,4	2 978,9	-1,8	3 713,7	3 633,6	-2,2	3 864,0	3 919,7	1,4	5 149,5	5 272,8	2,4
Dirigente intermédio:	2 682,1	2 663,4	-0,7	3 170,8	3 166,5	-0,1	2 842,8	2 835,8	-0,3	3 375,1	3 406,3	0,9	2 630,6	2 592,1	-1,5	2 960,9	2 922,7	-1,3	1 985,1	1 921,9	-3,2	2 721,9	2 659,9	-2,3
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 191,9	3 184,9	-0,2	3 886,2	3 898,3	0,3	3 263,7	3 257,3	-0,2	3 950,3	3 982,1	0,8	2 985,1	2 996,5	0,4	3 612,7	3 643,0	0,8	3 314,2	3 289,3	-0,8	4 526,9	4 450,2	-1,7
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2 690,9	2 687,8	-0,1	3 131,0	3 152,3	0,7	2 792,8	2 796,8	0,1	3 283,7	3 343,7	1,8	2 622,6	2 610,7	-0,5	2 897,8	2 892,3	-0,2	2 398,5	2 404,1	0,2	3 340,8	3 348,3	0,2
Dirigente Int. de 3.º e mais graus	2 032,9	2 024,1	-0,4	2 384,4	2 379,0	-0,2	2 313,3	2 298,8	-0,6	2 701,2	2 692,8	-0,3	2 077,5	2 012,4	-3,1	2 185,2	2 135,3	-2,3	1 352,1	1 376,5	1,8	1 815,8	1 901,0	4,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2017 e 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

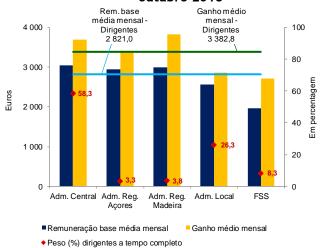
Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2018

6 000 100 5 140,1 4 673,3 5 000 80 3 898,3 4 000 percentagem 60 3 152.3 3 000 2 379,0 40 2 000 20 1 000 Dirigente Diri Superior de 1.º Superi Dirigente Dirigente Dirigente Dirigente Intermédio de r de 2.º édio de 1.º grau 2.º grau ■Remuneração base média mensal Suplementos regulares médios mensais

×Ganho médio mensal

· Peso (%) dirigentes a tempo completo

Gráfico 3.1.5 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por subsector, outubro 2018





3.2 Estrutura etária e sexo nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo

No total das administrações públicas, o cargo de dirigente superior e a carreira de oficial dos registos e notariado apresentam idades médias estimadas dos trabalhadores mais elevadas, 52,9 e 53,6 anos, respetivamente. As carreiras das Forças Armadas, Bombeiro e das Forças de segurança observam um índice de renovação superior a 100. As carreiras no sector da saúde, de enfermagem, médica e técnicos de diagnóstico e terapêutica revelam índices de renovação e de juventude bastante acima da média por via da entrada de novos profissionais. A carreira das Forças Armadas destaca-se como a que tem o índice de juventude mais alto (215,1 para os homens e 591,8 para as mulheres).

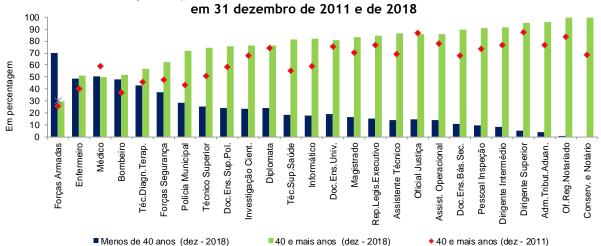
Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018

Unidade: postos de trabalho						ADM	INISTRAÇÕ	ĎES PÚBLI	CAS - T	otal						
	Até					65 e		Idade m	édia est	imada	Índice	de reno	vação	Índice	de juve	entude
	aos 24	Dos 25	Dos 35	Dos 45	Dos 55	mais	Total		em anos)		•	úmero ín		·		indice)
	anos	aos 34	aos 44	aos 54	aos 64	anos	Total	,	,			ase = 10	0	ba	se = 10)0
CARGO / CARREIRA / GRUPO								Н	M	Total	Н	М	Total	Н	М	Total
TOTAL	12 416	71 322	179 271	223 629	180 750	16 203	683 591	46,6	47,9	47,3	31,8	15,2	21,5	35,2	26,2	29,7
Total excluindo Forças Armadas e de Segurança	3 936	52 825	154 742	202 604	175 392	16 069	605 568	49,0	48,1	48,4	12,0	13,4	12,9	22,9	25,0	24,3
Representantes do poder legislativo (a)	10	109	682	770	612	179	2 362	50,5	47,2	49,7	5,1	12,7	6,5	15,1	26,5	,
Dirigente superior	0	19	290	631	576	146	1 662	53,7	51,5	52,9	0,0	0,5	0,2	4,7	6,2	,
Dirigente intermédio	4	149	2 969	4 521	2 544	250	10 437	50,1	48,8	49,4	1,0	0,2	0,6	9,2	9,4	9,3
Técnico Superior	242	6 420	24 486	21 337	11 328	1 334	65 147	46,6	45,4	45,8	17,6	20,9	19,6	33,8	34,7	34,4
Assistente técnico/administrativo (b)	292	4 159	21 385	29 909	28 165	2 185	86 095	49,1	50,0	49,8	7,4	4,3	5,1	20,5	14,5	16,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	1 501	9 504	29 521	51 679	57 126	6 146	155 477	50,9	50,3	50,6	8,1	8,4	8,2	15,8	17,3	16,7
Informático	13	265	1 676	1 893	1 146	75	5 068	46,3	50,9	47,6	10,5	1,6	6,6	28,0	8,1	21,5
Magistrado	0	172	1 155	1 348	1 033	136	3 844	52,5	46,8	49,0	1,4	6,3	3,5	11,2	25,5	19,6
Diplomata	1	45	83	113	104	36	382	49,5	48,3	49,1	18,4	7,1	15,4	32,2	29,1	31,3
Pessoal de Investigação Científica	1	138	572	498	401	72	1 682	48,1	47,5	47,8	8,5	9,4	9,0	32,0	29,3	30,5
Docente Ensino Universitário	207	1 274	3 242	4 914	4 453	859	14 949	50,0	48,5	49,3	14,8	14,4	14,6	21,9	25,7	23,5
Docente Ensino Superior Politécnico	67	1 030	3 337	3 517	1 984	185	10 120	46,8	45,9	46,4	17,8	19,4	18,5	29,4	34,7	31,9
Educ.Infância e Doc. E. Básico/Secund.	63	2 428	34 735	53 010	42 100	2 309	134 645	50,2	50,0	50,0	1,8	1,5	1,6	12,1	11,7	11,8
Pessoal de Inspecção	0	35	448	686	475	37	1 681	50,6	49,0	49,8	1,5	1,9	1,7	10,4	10,1	10,2
Médico	52	11 143	5 875	3 430	7 185	1 550	29 235	45,8	41,7	43,2	55,1	97,5	78,6	76,3	119,6	101,1
Enfermeiro	1 074	12 076	15 829	11 741	5 276	134	46 130	41,7	41,3	41,4	65,2	99,0	92,6	94,5	94,7	94,7
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	64	2 187	3 109	2 570	1 287	102	9 319	43,4	42,7	42,8	38,6	58,1	53,0	77,9	75,4	75,9
Técnico Superior de Saúde	1	78	662	661	436	40	1 878	47,6	47,7	47,7	8,3	4,8	5,3	27,8	22,1	22,8
Administração Tributária e Aduaneira	0	103	1 737	3 037	4 235	180	9 292	51,8	52,6	52,2	0,1	0,1	0,1	4,3	4,4	4,4
Conservador e Notário	0	0	109	307	143	36	595	54,5	50,9	51,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0	0	325	1 676	1 892	45	3 938	53,1	53,7	53,6	0,0	0,0	0,0	0,4	0,5	0,5
Oficial de Justiça	155	780	863	3 369	2 600	31	7 798	49,7	48,8	49,1	12,6	23,7	20,1	10,4	20,5	16,8
Forças Armadas	7 435	8 143	5 662	4 749	803	8	26 800	34,1	30,1	33,6	1 223,7	-	1 404,2	215,1	591,8	236,4
Forças de segurança	1 045	10 354	18 867	16 276	4 555	126	51 223	42,3	41,2	42,2	105,5	124,4	107,4	58,2	82,4	60,2
Bombeiro	185	587	859	573	135	2	2 341	39,1	37,1	39,0	374,4	1 100,0	385,2	91,7	130,6	92,8
Polícia Municipal (d)	4	124	793	414	156	0	1 491	44,3	40,3	43,6	24,5	220,0	30,8	33,9	72,2	39,3

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: (a) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - administrativo; (c) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - operacional e aprendizes e praticantes; (d) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública integrado na Polícia Municipal de Lisboa e do Porto.

Gráfico 3.2.1 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos,





Na administração central, as carreiras médica, de enfermagem, técnicos de diagnóstico e terapêutica e carreiras das Forças Armadas são as que apresentam o maior número de trabalhadores com idades inferiores a 35 anos. Na carreira de oficial dos registos e do notariado 92,0% dos trabalhadores têm idade igual ou superior a 45 anos. Na administração regional e local, salientam-se as carreiras de bombeiro e polícia municipal com idades médias estimadas de 39,0 e 43,6 anos, respetivamente (Quadro e Gráfico 3.2.2).

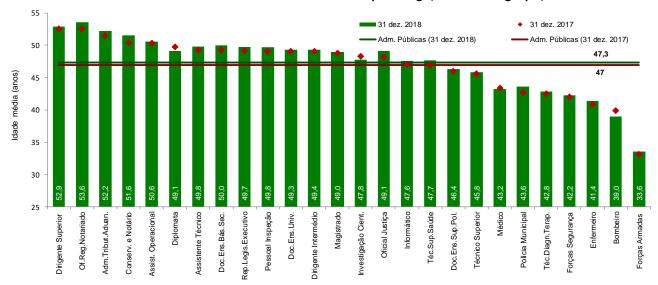
Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 2018

Unidade: Em percentagem		A	DMINIST	ΓRΑÇÃΟ	CENTRA	.L			ADMIN	ISTRAÇÃ	ÃO REGI	ONAL E	LOCAI	-		FUI	NDOS DE	SEGURA	NÇA SO	CIAL	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Até aos 24 anos			Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos		Dos 35 aos 44			65 e mais anos	Total	Até aos 24 anos			Dos 45 aos 54		65 e mais anos	Total
Total	2,2	11,6	25,8	32,5	25,6	2,2	100,0	0,6	7,3	27,7	32,9	28,7	2,7	100,0	0,0	1,5	23,2	38,7	33,3	3,3	100,0
Representante do poder legislativo (a)	0,0	1,5	28,4	28,4	35,8	6,0	100,0	0,4	4,7	28,9	32,7	25,6	7,6	100,0	-	-	-	-	-		-
Dirigente superior	0,0	0,9	13,6	38,4	37,4	9,8	100,0	0,0	2,1	29,2	36,3	26,6	5,7	100,0	0,0	0,0	33,3	44,4	16,7	5,6	100,0
Dirigente intermédio	0,0	1,7	25,8	43,6	26,6	2,3	100,0	0,1	1,3	32,9	43,0	20,6	2,0	100,0	0,0	0,1	27,6	42,7	25,4	4,2	100,0
Técnico Superior	0,4	10,4	34,3	32,9	19,5	2,5	100,0	0,3	10,0	42,9	30,8	14,5	1,5	100,0	0,0	2,2	31,9	46,3	18,0	1,5	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,2	4,4	23,7	34,1	34,5	3,0	100,0	0,5	5,9	27,2	35,6	29,1	1,7	100,0	0,1	1,5	18,4	35,0	41,6	3,5	100,0
Assist. operacional/operer./auxiliar (c)	1,2	6,5	20,0	33,8	34,7	3,7	100,0	0,7	5,7	17,8	32,6	39,1	4,2	100,0	0,0	1,0	9,3	28,4	54,6	6,7	100,0
Informático	0,1	4,6	29,1	37,0	27,1	2,2	100,0	0,5	6,7	38,8	37,4	16,3	0,3	100,0	0,0	2,1	34,9	40,9	19,6	2,5	100,0
Magistrado	0,0	4,5	30,0	35,1	26,9	3,5	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Diplomata	0,3	11,8	21,7	29,6	27,2	9,4	100,0	-		-	-	-	-	-			-	-		-	-
Pessoal de Investigação Científica	0,1	8,2	34,1	29,5	23,8	4,3	100,0	0,0	0,0	0,0	75,0	25,0	0,0	100,0			-	-		-	-
Docente Ensino Universitário	1,4	8,5	21,7	32,9	29,8	5,7	100,0	-	-	-	-	-		-	-				-	-	
Docente Ensino Superior Politécnico	0,7	10,2	33,0	34,8	19,6	1,8	100,0	-	-	-	-	-		-	-				-	-	
Educ.Infância e Doc. E. Básico/Secund	0,0	1,7	24,3	39,8	32,4	1,8	100,0	0,1	3,4	41,4	35,4	18,7	1,0	100,0	0,0	0,0	27,7	23,4	46,8	2,1	100,0
Pessoal de Inspecção	0,0	1,7	25,2	41,3	29,6	2,3	100,0	0,0	6,2	31,1	34,5	27,7	0,6	100,0	0,0	0,9	31,7	43,3	21,0	3,1	100,0
Médico	0,2	38,1	20,0	11,7	24,7	5,3	100,0	0,1	39,0	21,7	11,8	21,6	5,8	100,0	-				-	-	
Enfermeiro	2,4	26,1	34,1	25,7	11,4	0,3	100,0	1,5	27,7	36,6	22,1	11,9	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	85,7	14,3	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0,7	23,0	33,8	27,9	13,6	1,1	100,0	1,0	30,4	28,5	23,0	16,6	0,4	100,0	0,0	0,0	26,7	53,3	13,3	6,7	100,0
Técnico Superior de Saúde	0,1	4,4	34,6	35,2	23,5	2,3	100,0	0,0	0,8	44,5	35,2	19,5	0,0	100,0			-	-		-	-
Administração Tributária e Aduaneira	0,0	1,0	18,3	33,0	45,8	2,0	100,0	0,0	7,2	35,9	20,0	35,9	1,0	100,0			-	-		-	-
Conservador e Notário	0,0	0,0	17,9	51,6	24,3	6,2	100,0	0,0	0,0	40,0	50,0	10,0	0,0	100,0	-		-	-	-		-
Oficial dos Registos e do Notariado	0,0	0,0	8,1	42,3	48,6	1,1	100,0	0,0	0,0	14,3	53,3	29,5	2,9	100,0	-				-	-	
Oficial de Justiça	2,0	10,0	11,1	43,2	33,3	0,4	100,0	-	-	-	-	-		-	-				-	-	
Forças Armadas	27,7	30,4	21,1	17,7	3,0	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-		-		-	-	-		-
Forças de segurança	2,0	20,2	36,8	31,8	8,9	0,2	100,0	0,0	5,3	29,3	33,3	32,0	0,0	100,0	-		-	-	-		-
Bombeiro	-	-	-	-	-	-	-	7,9	25,1	36,7	24,5	5,8	0,1	100,0	-		-	-	-	-	-
Polícia Municipal (d)	•		-	-		-	-	0,3	8,3	53,2	27,8	10,5	0,0	100,0						-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: Ver notas Quadro 3.2.1 e capítulo IV. Notas Técnicas relativas a tratamento dos dados e conceitos.

Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 2017 e 2018





3.3 Nível de escolaridade por cargo, carreira e grupo

Em 31 de dezembro de 2018, mais de metade das carreiras/grupos considerados englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90,0%, destacando-se magistrados, diplomatas, pessoal de investigação científica, médicos, conservadores e notários e técnicos superiores de saúde (100,0%). Em contrapartida, 71,8% dos assistentes operacionais, operários e auxiliares, um dos grupos com maior representatividade no emprego nas administrações públicas, detêm apenas o ensino básico (Quadro 3.3.1).

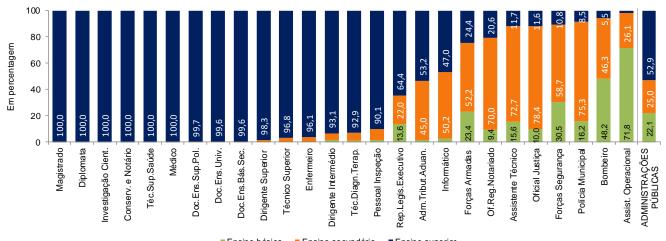
Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2018

Unidade: postos de trabalho				A	DMINIST	RAÇÕES P	ÚBLICAS	- Total				
	Ensino	oásico	Ensino se	ecundário	En	sino supe	rior			Estruti	ura (%)	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Até ao 2.º ciclo	3.° ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	74 094	76 735	28 149	142 781	18 718	275 577	67 537	683 591	22,1	25,0	52,9	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	140	181	48	472	67	1 295	159	2 362	13,6	22,0	64,4	100,0
Dirigente superior	4	3	0	22	21	1 110	502	1 662	0,4	1,3	98,3	100,0
Dirigente intermédio	52	124	88	455	129	8 259	1 330	10 437	1,7	5,2	93,1	100,0
Técnico Superior	31	192	241	1 599	1 786	53 200	8 098	65 147	0,3	2,8	96,8	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	1 920	11 509	9 557	53 020	1 264	8 153	672	86 095	15,6	72,7	11,7	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	68 348	43 279	4 671	35 968	353	2 619	239	155 477	71,8	26,1	2,1	100,0
Informático	6	138	344	2 198	125	1 970	287	5 068	2,8	50,2	47,0	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 793	51	3 844	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata	0	0	0	0	0	299	83	382	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	0	105	1 577	1 682	0,0	0,0	100,0	100,0
Docente Ensino Universitário	0	0	0	56	10	2 243	12 640	14 949	0,0	0,4	99,6	100,0
Docente Ensino Superior Politécnico	3	0	2	24	27	2 376	7 688	10 120	0,0	0,3	99,7	100,0
Educ.Infância e Doc. E. Básico/Secund. (*)	10	49	12	453	5 627	110 837	17 657	134 645	0,0	0,3	99,6	100,0
Pessoal de Inspecção	5	19	42	100	20	1 324	171	1 681	1,4	8,4	90,1	100,0
Médico	0	0	0	0	0	19 270	9 965	29 235	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	37	121	361	1 292	6 387	35 643	2 289	46 130	0,3	3,6	96,1	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	11	85	122	445	1 825	6 237	594	9 319	1,0	6,1	92,9	100,0
Técnico Superior de Saúde	0	0	0	0	3	1 522	353	1 878	0,0	0,0	100,0	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	7	155	1 019	3 165	385	4 218	343	9 292	1,7	45,0	53,2	100,0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	592	3	595	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	35	334	594	2 164	107	698	6	3 938	9,4	70,0	20,6	100,0
Oficial de Justiça	16	764	4 238	1 876	49	799	56	7 798	10,0	78,4	11,6	100,0
Forças Armadas	144	6 129	996	12 999	338	4 484	1 710	26 800	23,4	52,2	24,4	100,0
Forças de segurança	3 039	12 570	5 595	24 485	183	4 305	1 046	51 223	30,5	58,7	10,8	100,0
Bombeiro	237	891	100	984	5	111	13	2 341	48,2	46,3	5,5	100,0
Polícia Municipal (d)	49	192	119	1 004	7	115	5	1 491	16,2	75,3	8,5	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: (*) Educadores de Infância e Doc. E. Básico/Secundário: incluem professores dos cursos profissionais em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário; Ver também notas do Quadro 3.2.1.

Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2018



■ Ensino básico ■ Ensino secundário ■ Ensino superior

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

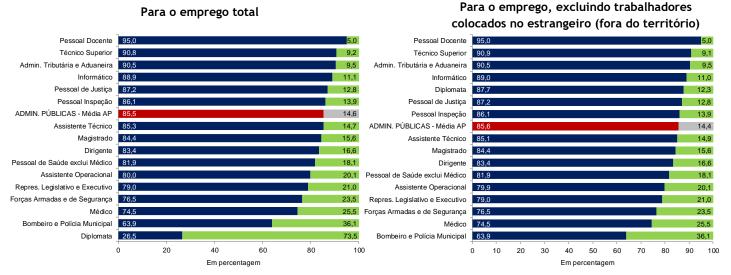


3.4 Remunerações por cargo, carreira e grupo

No período de referência, o pessoal docente continua a destacar-se pelo maior peso da remuneração base média relativamente ao ganho médio, 95,0%. Os diplomatas constituem a carreira com maior diferenciação na estrutura do ganho médio pelo exercício de funções nos serviços internos do MNE e quando colocados no estrangeiro: considerando o emprego total (dentro e fora do território nacional) são os suplementos regulares que assumem a maior importância no ganho médio auferido mensalmente pelos diplomatas (73,5%), pelo contrário, observando apenas os indicadores da carreira dentro do território nacional, os suplementos regulares representam 12,3% do ganho médio (Gráfico 3.4.1 e Quadros 10.1 e 10.2).

Por comparação, os cargos, carreiras e grupos que revelam um maior peso de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino superior apresentam também valores de remuneração de base mais elevados, em oposição aos trabalhadores inseridos em carreiras que exigem níveis de escolaridade de ensino básico e secundário (Gráfico 3.4.2).

Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2018



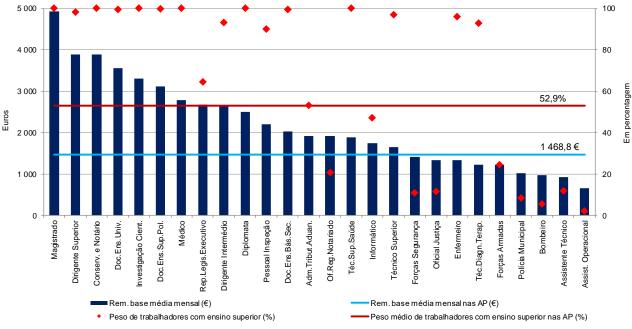
■ Peso da remuneração base no ganho médio ■ Peso dos suplementos regulares no ganho médio

■ Peso da remuneração base no ganho médio ■ Peso dos suplementos regulares no ganho médio

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; <u>Ver SIEP 1.º trimestre 2019</u>

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo: representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos.

Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas, outubro 2018





4. Emprego e remunerações nas administrações públicas por classificação de atividade económica

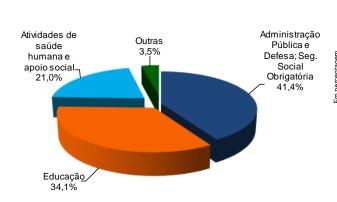
Segundo os dados apurados a 31 de dezembro de 2018, 96,5% do emprego nas administrações públicas concentra-se nas atividades de "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O), de "Educação" (Secção P) e de "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Gráfico 4.1). As atividades económicas "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) são as que apresentam maiores contribuições para o aumento de 2,1% do emprego nas administrações públicas, em termos homólogos, devido ao peso que representam no total do emprego (62,4%). Para a taxa de feminização das administrações públicas é de realçar o contributo das atividades de "Educação" (P) e "Saúde" (Q), nas quais 75,3% e 76,1% do emprego, respetivamente, são mulheres (Quadro 4.1 e Gráfico 4.2).

Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)

Unia	lade: ¡	postos de trabalho				A	DMINISTRAÇ	ÕES PÚBL	ICAS - Tot	al				
Secção		CAE Rev.3	31 dez	2014	31 dez 2	2015	31 dez 2	2016	31 dez	2017	31 dez	2018	V. H	1.
Sec		Designação	N.º	Peso %	N.°	Peso %	N.º	Peso %	N.º	Peso %	N.°	Peso %	N.º	%
		Total	656 376	100,0	659 144	100,0	664 168	100,0	669 321	100,0	683 591	100,0	14 270	2,1
		cultura, produção animal, caça, floresta e pesca;												
A+C +D+E +F	Indu	st. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água;	4 475	0,7	4 627	0,7	4 249	0,6	4 358	0,7	4 501	0,7	143	3,3
	sane	am., gestão de resíduos e despoluição; Construção												
Н	Tran	sportes e armazenagem	7 859	1,2	8 663	1,3	8 658	1,3	8 659	1,3	8 647	1,3	-12	-0,1
	Com	ércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração												
G+I+ L+N	e sin	nilares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas	1 179	0,2	1 358	0,2	1 250	0,2	830	0,1	849	0,1	19	2,3
LTIN	e do	s serviços de apoio												
J	Ativ	idades de informação e de comunicação	1 746	0,3	1 682	0,3	1 661	0,3	1 606	0,2	1 590	0,2	-16	-1,0
K	Acti	vidades financeiras e de seguros	344	0,1	858	0,1	648	0,1	427	0,1	410	0,1	-17	-4,0
М	Ativ.	. de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 449	0,7	4 151	0,6	3 993	0,6	3 959	0,6	4 014	0,6	55	1,4
0	Adm	inistração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	279 030	42,5	275 282	41,8	274 376	41,3	275 179	41,1	283 105	41,4	7 926	2,9
	iá	Administração pública em geral, económica e social	160 672	24,5	158 424	24,0	158 326	23,8	160 412	24,0	168 018	24,6	7 606	4,7
	das quais:	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	107 360	16,4	106 823	16,2	105 609	15,9	104 320	15,6	104 322	15,3	2	0,0
	ъ	Atividades de segurança social obrigatória	10 998	1,7	10 035	1,5	10 441	1,6	10 447	1,6	10 765	1,6	318	3,0
Р	Educ	cação	221 297	33,7	224 328	34,0	227 843	34,3	231 054	34,5	233 249	34,1	2 195	1,0
	qua is:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	182 790	27,9	185 422	28,1	188 169	28,3	190 602	28,5	191 497	28,0	895	0,5
	s du	Ensino superior	35 461	5,4	35 793	5,4	36 722	5,5	37 575	5,6	38 797	5,7	1 222	3,3
	das	Outras atividades educativas	3 046	- , -	3 113	0,5	2 952	0,4	2 877	0,4	2 955	0,4	78	2,7
Q		idades de saúde humana e apoio social	131 950	20,1	134 665	20,4	138 091	20,8	139 737	20,9	143 415	21,0	3 678	2,6
	das	Atividades de saúde humana	123 416	-,-	126 097	19,1	129 518	19,5	131 201	19,6	134 665	19,7	3 464	2,6
	-	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	8 534	,	8 568	1,3	8 573	1,3	8 536	1,3	8 750	1,3	214	2,5
R		. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	3 050	-,-	2 628	0,4	2 486	0,4	2 567	0,4	2 703	0,4	136	5,3
	quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	903	-,.	785	0,1	790	0,1	794	0,1	790	0,1	-4	-0,5
	das qu	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 404	- /	1 435	0,2	1 388	0,2	1 432	0,2	1 438	0,2	6	0,4
_		Atividades desportivas, de diversão e recreativas	743	- /	408	0,1	308	0,1	341	0,1	475	0,1	134	39,3
S	Outr	as atividades de serviços	997	0,2	902	0,1	913	0,1	945	0,1	1 108	0,2	163	17,3

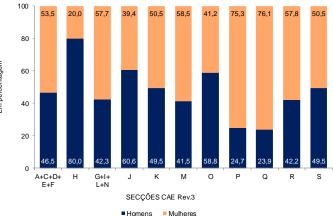
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 4.1 Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 31 dezembro 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas por sexo segundo a CAE, 31 dezembro 2018





As maiores contribuições para o aumento do emprego na administração central devem-se às atividades económicas "Educação" (Secção P) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q), especialmente nas respetivas subsecções "Ensino superior" e "Atividades de saúde humana" (Quadro 4.2).

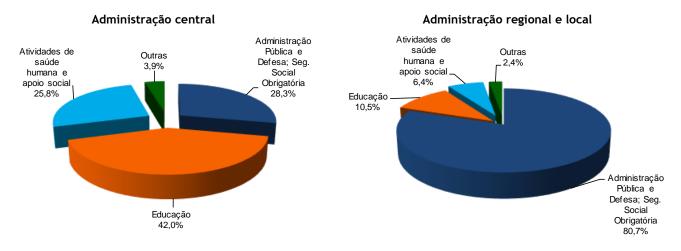
Na administração regional e local e nos fundos de segurança social verifica-se também um aumento de emprego, mais acentuado nos ramos de atividade económica "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) (Quadro 4.2 e Gráfico 4.3).

Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)

Unid	ade: postos de trabalho		ADMINIS	TRAÇÃO (CENTRA	.L		AD/	MINISTRAÇ	ÃO REGIO	NAL E	LOCAL		F	UNDOS DE	SEGURA	nça so	CIAL	
ção	CAE Rev.3	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez	2018	٧.١	н.	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez 2	018	٧. ١	1.	31 dez 2016	31 dez 2017	31 dez	2018	٧.١	н.
Secção	Designação	N.º	N.º	N.º	Peso %	N.º	%	N.º	N.°	N.º	Peso %	N.º	%	N.°	N.°	N.°	Peso %	N.º	%
	Total	506 853	509 875	516 482	100,0	6 607	1,3	147 125	149 257	156 568	100,0	7 311	4,9	10 190	10 189	10 541	100,0	352	3,5
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca;																		
A+C+ D+E+ F	indust, transformadoras; Eletr., gas, vapor, agua quente e	3 991	4 166	4 292	0,8	126	3,0	258	192	209	0,1	17	8,9	0	0	0	0,0	0	-
н	Transportes e armazenagem	8 022	8 005	7 988	1,6	-17	-0,2	636	654	659	0,4	5	0,8	0	0	0	0,0	0	
	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração																		
G+I+	e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas	749	325	322	0,1	-3	-0,9	501	505	527	0,3	22	4,4	0	0	0	0,0	0	-
L+N	e dos serviços de apoio																		
J	Atividades de informação e de comunicação	1 630	1 606	1 590	0,3	-16	-1,0	31	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0,0	0	-
K	Actividades financeiras e de seguros	648	427	410	0,1	-17	-4,0	0	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0,0	0	-
М	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	3 558	3 535	3 595	0,7	60	1,7	435	424	419	0,3	-5	-1,2	0	0	0	0,0	0	-
0	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	146 551	145 254	146 149	28,3	895	0,6	117 635	119 736	126 415	80,7	6 679	5,6	10 190	10 189	10 541	100,0	352	3,5
	., Administração pública em geral, económica e social	40 541	40 539	41 478	8,0	939	2,3	117 490	119 583	126 249	80,6	6 666	5,6	295	290	291	2,8	1	0,3
	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	105 510	104 216	104 206	20,2	-10	0,0	99	104	116	0,1	12	11,5	0	0	0	0,0	0	-
	Atividades de segurança social obrigatória	500	499	465	0,1	-34	-6,8	46	49	50	0,0	1	2,0	9 895	9 899	10 250	97,2	351	3,6
P	Educação	211 288	214 563	216 828	42,0	2 265	1,1	16 555	16 491	16 421	10,5	-70	-0,4	0	0	0	0	0	-
	🚊 Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	172 239	174 693	175 676	34,0	983	0,6	15 930	15 909	15 821	10,1	-88	-0,6	0	0	0	0	0	-
	Ensino superior	36 722	37 575	38 797	7,5	1 222	3,3	0	0	0	0,0	0	-	0	0	0	0	0	-
	ប្រ Outras atividades educativas	2 327	2 295	2 355	0,5	60	2,6	625	582	600	0,4	18	3,1	0	0	0	0	0	-
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	128 491	130 039	133 384	25,8	3 345	2,6	9 600	9 698	10 031	6,4	333	3,4	0	0	0	0,0	0	-
	ស្ត 💥 Atividades de saúde humana	120 029	121 617	124 730	24,2	3 113	2,6	9 489	9 584	9 935	6,4	351	3,7	0	0	0	0	0	-
	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	8 462	8 422	8 654	1,7	232	2,8	111	114	96	0,1	-18	-15,8	0	0	0	0	0	-
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 834	1 870	1 835	0,4	-35	-1,9	652	697	868	0,6	171	24,5	0	0	0	0,0	0	-
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	700	706	698	0,1	-8	-1,1	90	88	92	0,1	4	4,6	0	0	0	0	0	-
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 127	1 152	1 127	0,2	-25	-2,2	261	280	311	0,2	31	11,1	0	0	0	0	0	-
	មី Atividades desportivas, de diversão e recreativas	7	12	10	0,0	-2	-16,7	301	329	465	0,3	136	41,3	0	0	0	0	0	-
S	Outras atividades de serviços	91	85	89	0,0	4	4,7	822	860	1 019	0,7	159	18,5	0	0	0	0,0	0	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 4.3 Estrutura do emprego na administração central e na administração regional e local, segundo a CAE, 31 dezembro 2018





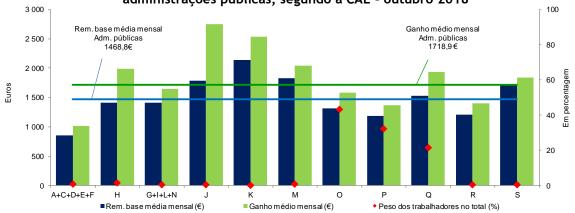
Para o sector das administrações públicas, os trabalhadores nas entidades classificadas em "Atividades de informação e de comunicação" (Secção J), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K) e o "Ensino superior" na "Educação" (Secção P) apresentam remunerações base médias mensais mais elevadas, com valores acima da média. As mesmas atividades juntamente com os "Transportes e Armazenagem" (Secção H) e "Atividades de saúde humana e apoio social" (Secção Q) apresentam ganhos médios mensais acima da média dos ganhos globais. Analisando a variação homóloga, tendo em conta os pesos da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O) e da "Educação" (Secção P) no emprego das administrações públicas (41,4% e 34,1%, respetivamente) ressaltam o aumento da remuneração base média mensal (0,2% e 0,8%, respetivamente) e do ganho médio mensal nestas atividades económicas (0,6% e 1,1%, respetivamente) (Quadro 4.3 e Gráfico 4.4).

Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE

Unida	de: eı	ıros					ADMIN	IISTRAÇÕES	PÚBLICAS -	Total				
		CAE Pour 3			Remunera	•					Ganho méd	lio mensal		
		CAE Rev.3			média	nensai								
Secção		Designacão	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)
Š		nezigliacan							<u> </u>					
		Total	1 390,4	1 402,5	1 450,6	1 460,7	1 468,8	0,6	1 604,3	1 619,8	1 666,8	1 693,1	1 718,9	1,5
	•	cultura, produção animal, caça, floresta e pesca;												
A+C+D +E+F		ist. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente ia e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água;	849,0	842,7	877,7	865,5	853,6	-1,4	1 009,5	1 010,1	1 016,1	1 025,8	1 009,7	-1,6
	sane	eam., gestão de resíduos e despoluição; Construção												
Н	Trar	nsportes e armazenagem	1 205,9	1 266,9	1 329,2	1 385,5	1 405,9	1,5	1 719,1	1 764,3	1 907,3	1 969,6	1 993,7	1,2
		rércio por grosso e a retalho; Alojamento,												
G+I+L+ N	rest	auração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades	1 305,5	1 177,9	1 224,2	1 370,5	1 407,2	2,7	1 510,3	1 399,9	1 456,6	1 627,0	1 642,2	0,9
	adm	inistrativas e dos serviços de apoio												
J	Ativ	idades de informação e de comunicação	1 502,3	1 520,5	1 625,7	1 631,2	1 780,2	9,1	2 219,9	2 232,5	2 412,4	2 535,6	2 752,8	8,6
K	Ativ	idades financeiras e de seguros	1 914,4	1 710,5	1 886,1	1 945,2	2 139,6	10,0	2 115,5	2 563,4	2 679,0	2 485,5	2 535,5	2,0
м	Ativ	. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 685,2	1 680,0	1 771,2	1 793,4	1 829,9	2,0	1 879,0	1 879,0	1 958,5	1 983,6	2 038,8	2,8
0	Adn	ninistração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 238,9	1 255,1	1 299,8	1 310,7	1 312,7	0,2	1 484,9	1 504,5	1 553,1	1 577,5	1 586,9	0,6
	:4	Administração pública em geral, económica e social	1 118,7	1 132,2	1 166,0	1 176,7	1 184,3	0,7	1 273,1	1 290,1	1 326,4	1 351,1	1 372,2	1,6
	das quais:	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 421,1	1 439,9	1 501,0	1 520,7	1 523,8	0,2	1 807,7	1 828,2	1 896,1	1 934,0	1 940,4	0,3
	Ф	Atividades de segurança social obrigatória	1 173,2	1 181,6	1 216,0	1 249,9	1 206,7	-3,5	1 348,4	1 360,9	1 392,9	1 456,5	1 400,8	-3,8
P	Edu	cação	1 649,1	1 652,3	1 699,4	1 707,8	1 722,1	0,8	1 755,2	1 757,8	1 798,0	1 815,5	1 836,2	1,1
	ais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 560,7	1 559,6	1 597,4	1 599,3	1 613,6	0,9	1 664,4	1 663,0	1 693,5	1 704,1	1 724,6	1,2
	s quai	Ensino superior	2 214,9	2 264,1	2 370,1	2 411,8	2 430,5	0,8	2 332,1	2 378,8	2 479,9	2 533,2	2 559,5	1,0
	das	Outras atividades educativas	1 308,3	1 295,4	1 341,0	1 335,9	1 375,6	3,0	1 455,0	1 435,5	1 482,1	1 485,4	1 527,7	2,9
Q	Ativ	idades de saúde humana e apoio social	1 344,4	1 349,2	1 401,7	1 407,5	1 418,8	0,8	1 633,9	1 646,2	1 692,7	1 732,0	1 800,7	4,0
	das	Atividades de saúde humana	1 363,6	1 368,1	1 420,8	1 421,5	1 432,0	0,7	1 663,6	1 675,6	1 722,0	1 757,2	1 828,2	4,0
	ğ	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 084,1	1 089,7	1 134,1	1 207,1	1 222,7	1,3	1 230,1	1 242,8	1 282,2	1 370,5	1 395,7	1,8
R	Ativ	. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 187,2	1 248,6	1 237,1	1 245,5	1 286,3	3,3	1 376,0	1 416,3	1 392,3	1 430,9	1 487,8	4,0
	ais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 476,7	1 538,2	1 487,6	1 488,0	1 572,1	5,7	1 783,0	1 805,0	1 778,4	1 829,2	1 907,6	4,3
	s quai	$\label{eq:Ativ.das} \textbf{Ativ. das bibliot.}, \text{arquivos}, \text{museus}, \text{outras ativ. culturais}$	1 190,7	1 200,6	1 215,7	1 219,1	1 235,9	1,4	1 312,7	1 318,9	1 319,8	1 345,2	1 374,2	2,2
	das	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	838,1	873,1	843,1	858,6	876,9	2,1	1 009,2	1 021,8	972,5	1 000,4	1 026,9	2,7
S	Out	ras atividades de serviços	1 204,2	1 239,1	1 267,8	1 276,5	1 239,5	-2,9	1 372,1	1 392,6	1 413,7	1 429,9	1 384,6	-3,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2018





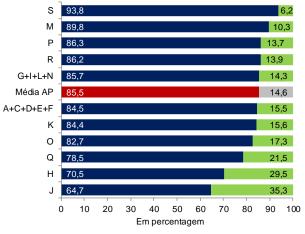
Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE

Unia	lade: euros		ADMINI	STRAÇ	ÃO CENT	RAL		AD	MINISTRA	ÇÃO R	EGIONAL	E LOCAL		F	UNDOS D	E SEG	URANÇA	SOCIAL	
	CAE Rev.3		eração b lia mensa		Ganho r	nédio me	nsal		neração b lia mensa		Ganho n	nédio me	ensal		eração b ia mensa		Ganho r	nédio me	ensal
Secção	Designação	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)	outubro 2017	outubro 2018	V. H. (%)
	_ ·	1 584,0	1 596,8	0,8	1 834,2	1 866,9	1,8	1 070,8	1 076,6	0,5	1 247,5	1 267,3	1,6	1 260,3	1 216,3	-3,5	1 458,9	1 396,4	-4,3
A +C +D+E +F	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	848,4	839,4								1 451,3			-	-		-		
Н	,	1 409,8	1 429,5	1,4	2 000,3	2 020,8	1,0	1 062,1	1 094,6	3,1	1 562,2	1 634,9	4,7	-	-	-	-	-	-
G+I+ L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1 657,3	1 740,4	5,0	1 980,2	2 018,4	1,9	1 192,7	1 206,1	1,1	1 408,1	1 415,2	0,5	-	-	-	-	-	-
J	Atividades de informação e de comunicação	1 631,2	1 780,2	9,1	2 535,6	2 752,8	8,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
K	_	1 945,2	2 139,6	10,0	2 485,5	2 535,5	2,0	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
М					2 052,2		2,9	1 323,2	,	,	1 436,4	,	,	-	-	-	-	-	-
0	, , , , ,	,	,	- 1	1 930,8	,	0,8	985,8	,	,	,	,	,	1 260,3		,	· '		,
	Administração pública em geral, económica e social Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil		1 743,4 1 523,9	1,2 0,2		1 960,6 1 940,8	0,3	985,2 1 389,8	995,0 1 349,3		1 150,8			2 079,7	2 111,1	1,5	2 312,2	2 367,5	2,4
	Atividades de segurança social obrigatória	1 507,1	1 520,0	0,9	1 895,6	2 063,7	8,9	1 582,6	1 586,0	0,2	1 763,5	1 762,5	-0,1	1 235,6	1 190,4	-3,7	1 433,2	1 368,3	-4,5
P	Educação	1 720,9	1 735,6	0,9	1 826,9	1 848,2	1,2	1 553,4	1 559,7	0,4	1 680,6	1 691,3	0,6	-	-	-	-	-	-
	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário Ensino superior Outras atividades educativas		1 617,5 2 430,5 1 412,3	0,9 0,8 3,5	2 533,2	1 726,6 2 559,5 1 575 1	1,3 1,0 3,3		1 571,7 - 1 244,0	0,4 - 1,2		1 703,9 - 1 358.0	0,7 - 1,5						-
Q	-		1 428,2		1 735,4			1 297,0	,		1 686,1	,-	,-	_			_	_	
`	Atividades de saúde humana	,	1 442,7	0,8		1 835,2	4,2		1 299,5	,	,	1 740,6	,	-	-			-	-
	हुँ हैं Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 213,6	1 228,1	1,2	1 377,4	1 401,4	1,7	642,6	681,5	6,1	763,6	819,2	7,3	-					-
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 343,9	1 424,2	6,0	1 547,5	1 650,0	6,6	977,7	959,8	-1,8	1 113,9	1 103,9	-0,9	-	-	-	-	-	-
	Ativ. de teatro, música, dança, outras artíst. e literárias	1 545,7	1 625,0	5,1	1 912,5	1 977,6	3,4	1 111,5	1 114,8	0,3	1 285,7	1 302,3	1,3	-	-		-	-	-
	Ativ. de teatro, musica, dança, outras artist. e literarias di Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 245,6	1 286,5	3,3	1 369,3	1 423,2	3,9	1 102,1	1 054,2	-4,3	1 239,2	1 198,1	-3,3	-	-			-	-
	ਰੈ Atividades desportivas, de diversão e recreativas	,	1 864,1		2 343,9			822,5	851,2	3,5	,.	985,8	,	-	-	-	-	-	-
S	Outras atividades de serviços	1 807,1	1 979,9	9,6	2 058,4	2 275,2	10,5	1 220,9	1 183,1	-3,1	1 364,1	1 316,8	-3,5	-	-	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Na administração central, os trabalhadores nas entidades classificadas em "Atividades de informação e de comunicação" (Secção J), "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Ensino superior" na "Educação" (Secção P) e "Outras atividades de serviços" (Secção S) apresentam remunerações base médias mensais mais elevadas, com valores acima da média (Quadro 4.4), influenciando a tendência observada no total das administrações públicas (Quadro 4.3). Na administração regional e local as remunerações base médias mensais mais elevadas reportam-se aos trabalhadores em entidades classificadas em "Educação" (Secção P), "Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares" (Secção M), "Atividades de saúde humana" (Secção Q) e "outras atividades de serviços" (Secção S).

Gráfico 4.5 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2018



[■] Peso da remuneração base no ganho médio

Peso dos suplementos regulares no ganho médio



5. Trabalhadores com deficiência

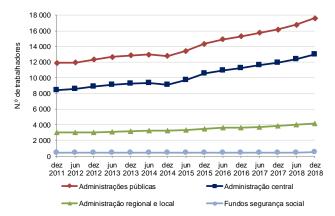
No total das administrações públicas, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018, observou-se um crescimento constante dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, com uma variação positiva de 47,7%, destacando-se o maior aumento das mulheres, as quais representam 66,4% do total dos trabalhadores com deficiência no final do segundo semestre de 2018. O Ministério de Educação é o que apresenta maior concentração de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, correspondendo a 25,1% do total das administrações públicas em 31 de dezembro de 2018. No subsector da administração local, ao contrário dos restantes subsectores, 54,3% dos trabalhadores com deficiência são do sexo masculino (Quadro 5.1 e Gráficos 5.1 e 5.2).

Quadro 5.1 Trabalhadores com deficiência por subsector, ministério e sexo

Unidade: postos de trabalho	31	dez 2011		31	dez 2017	7	31	dez 2018	3	Variaç	ão (%)
	н	м	т	н	м	т	Н	м	т	V.H.	dez-18/ dez-11
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	4 892	7 026	11 918	5 552	10 618	16 170	5 911	11 696	17 607	8,9	47,7
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3 069	5 385	8 454	3 476	8 433	11 909	3 672	9 323	12 995	9,1	53,7
Estado	1 692	2 823	4 515	1 858	4 590	6 448	1 977	5 095	7 072	9,7	56,6
Serviços e Fundos Autónomos	1 208	2 400	3 608	1 468	3 644	5 112	1 536	4 015	5 551	8,6	53,9
Estado e Serviços e Fundos Autónomos	2 900	5 223	8 123	3 326	8 234	11 560	3 513	9 110	12 623	9,2	55,4
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i)	140	208	348	167	311	478	178	345	523	9,4	50,3
Presidência do Conselho de Ministros	9	21	30	13	29	42	17	31	48	14,3	60,0
Ministério da Administração Interna	209	75	284	331	117	448	345	125	470	4,9	65,5
Minist. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	61	78	139	89	117	206	90	118	208	1,0	49,6
Ministério do Ambiente e da Transição Energética	21	43	64	21	50	71	18	60	78	9,9	21,9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	268	367	635	323	507	830	350	569	919	10,7	44,7
Ministério da Cultura	47	58	105	46	88	134	46	94	140	4,5	33,3
Ministério da Defesa Nacional	312	97	409	119	125	244	138	143	281	15,2	-31,3
Ministério da Economia	25	32	57	18	63	81	20	63	83	2,5	45,6
Ministério da Educação	696	1 820	2 516	798	3 142	3 940	869	3 553	4 422	12,2	75,8
Ministério das Finanças	78	158	236	190	392	582	194	430	624	7,2	164,4
Ministério da Justiça	124	228	352	138	298	436	129	290	419	-3,9	19,0
Ministério do Mar	9	4	13	6	13	19	8	17	25	31,6	92,3
Ministério dos Negócios Estrangeiros	11	24	35	9	26	35	9	25	34	-2,9	-2,9
Ministério do Planeamento	14	14	28	15	13	28	17	20	37	32,1	32,1
Ministério das Infraestruturas e da Habitação	34	38	72	26	39	65	25	39	64	-1,5	-11,1
Ministério da Saúde	250	668	918	269	938	1 207	283	1 000	1 283	6,3	39,8
Min. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	64	115	179	55	158	213	56	165	221	3,8	23,5
Sector Empresarial do Estado - Entid. Reclassific. (ii)	522	1 162	1 684	686	1 802	2 488	721	2 023	2 744	10,3	63,0
Regimes de Requalificação/Valorização Profissional (iii)	6	13	19	7	6	13	0	0	0	-100,0	-100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administ. Central	169	162	331	150	199	349	159	213	372	6,6	12,4
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	1 709	1 340	3 049	1 977	1 837	3 814	2 134	2 003	4 137	8,5	35,7
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	120	231	351	118	231	349	122	226	348	-0,3	-0,9
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	63	133	196	55	127	182	56	131	187	2,8	-4,6
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 526	976	2 502	1 804	1 479	3 283	1 956	1 646	3 602	9,7	44,0
FUNDOS DE SEGURANÇA SOCIAL	114	301	415	99	348	447	105	370	475	6,3	14,5
Fundos de Segurança Social da Administ. Central	102	273	375	87	317	404	93	341	434	7,4	15,7
Fundos de Segurança Social da Adm. Reg. dos Açores	9	25	34	7	21	28	7	20	27	-3,6	-20,6
Fundos de Segurança Social da Adm. Reg. da Madeira	3	3	6	5	10	15	5	9	14	-6,7	133,3

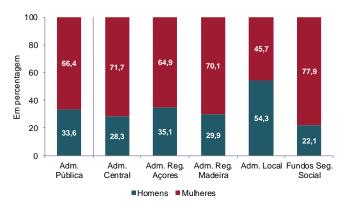
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 31 dezembro 2018





II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

6. Emprego e remunerações em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em dezembro de 2018, o emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central (sociedades financeiras e não financeiras) registou uma quebra face ao período homólogo (-2,2%), com maior relevância nas sociedades financeiras (-6,2%). O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração local, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, apresenta uma variação positiva de 4,9%. De salientar a estrutura maioritariamente masculina nestas entidades que integram o sector público, sendo este indicador particularmente relevante na administração regional da Madeira (84,7% de homens e 15,3% de mulheres) (Quadro e Gráfico 6.1).

No mês de referência das remunerações do segundo semestre de 2018 (outubro), é de destacar a variação positiva de 5,4% e de 4,6% da remuneração base média mensal, nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração regional de Madeira e pela administração local respetivamente (Quadro e Gráfico 6.2).

Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público

Un	idade: p	osto de trabalho						Empre	go (N.º)											V.H	i.		
			31	dez-20	14	31	-dez-20	15	31	dez-20	16	31-	dez-20	17	31-	dez-20	18	Н		М		Tota	al
			Н	М	Total	Н	М	Total	Н	М	Total	Н	М	Total	Н	М	Total	N.º	%	N.°	%	N.º	%
Em	presas	demais entidades públicas;																					
	Detida	pela administração central	25 465	17 153	42 618	23 318	16 173	39 491	23 687	16 177	39 864	13 528	9 203	22 731	13 275	8 965	22 240	-253	-1,9	-238	-2,6	-491	-2,2
	ıs:	Sociedades financeiras	7 508	8 471	15 979	7 130	8 338	15 468	6 507	8 018	14 525	3 693	5 095	8 788	3 425	4 821	8 246	-268	-7,3	-274	-5,4	-542	-6,2
	das quais	Sociedades não financeiras	17 957	8 682	26 639	16 188	7 835	24 023	17 180	8 159	25 339	9 835	4 108	13 943	9 850	4 144	13 994	15	0,2	36	0,9	51	0,4
	Detida	pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.			-	-	-	-
	Detida	pela adm. regional da Madeira	1 881	322	2 203	1 854	312	2 166	1 825	308	2 133	1 838	311	2 149	1 831	331	2 162	-7	-0,4	20	6,4	13	0,6
	Detida	pela administração local	9 914	4 207	14 121	10 221	4 367	14 588	10 564	4 611	15 175	13 155	4 940	18 095	13 846	5 131	18 977	691	5,3	191	3,9	882	4,9

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: Ver Notas técnicas, Quadro 14.3 Resumo de entradas e saídas das sociedades detidas pela administração central, pág. 46.

O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE. n.d. - não disponível

Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público

Unio	nidade: euro			Remune	eração ba	se média	mensal			G	anho méd	dio mensa	al	
			outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	Var. % out.18/ out.17	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	Var. % out.18/ out.17
Emp	oresas	e demais entidades públicas:												
	Detid	las pela administração central	1 558,9	1 598,9	1 582,0	1 479,6	1 494,2	1,0	2 204,2	2 258,5	2 239,9	2 202,7	2 278,3	3,4
	das uais:	Sociedades financeiras	1 701,2	1 708,3	1 712,0	1 687,4	1 696,2	0,5	2 411,0	2 418,7	2 445,9	2 423,7	2 459,7	1,5
	das quais:	Sociedades não financeiras	1 471,7	1 527,4	1 503,9	1 346,4	1 368,6	1,7	2 077,5	2 153,8	2 116,1	2 061,1	2 165,6	5,1
	Detid	as pela adm. regional dos Açores	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-
	Detid	as pela adm. regional da Madeira	1 045,6	1 045,0	1 055,6	1 067,3	1 124,4	5,4	1 426,0	1 421,8	1 441,3	1 469,0	1 547,5	5,4
	Detid	las pela administração local	848,6	847,0	862,2	863,6	903,5	4,6	1 031,0	1 032,1	1 046,1	1 104,4	1 163,5	5,4

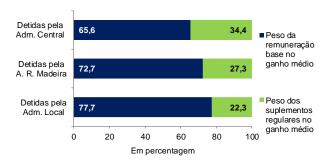
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE. *n.d. - não disponível*

Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo,



Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2018





7. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público

A 31 de dezembro 2018, 76,6% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central são assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Nas mesmas entidades, 34,2% dos trabalhadores têm entre 45 e 54 anos: 44,3% nas sociedades financeiras e 28,2% nas sociedades não financeiras públicas.

Nas sociedades do sector público detidas pela administração regional da Madeira 27,2% dos trabalhadores têm entre 35 e 44 anos e 35,7% dos trabalhadores têm entre 45 e 54 anos (Quadro 7.1 e Gráfico 7.1).

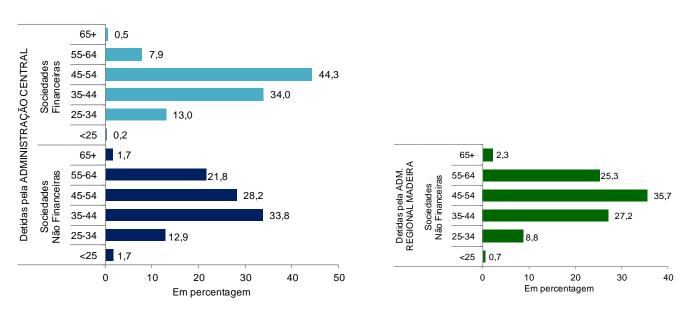
Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018

Unidade: Em percentagem		DETID	AS PELA	ADMIN	ISTRAÇÃ	O CENTR	AL			D	ETIDAS I	PELA A.	R. DA N	ADEIRA		
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Total emprego	Até aos 24 anos					65 e mais anos	Total	Total emprego	Até aos 24 anos					65 e mais anos	Total
Total	22 240	1,2	13,0	33,9	34,2	16,6	1,2	100,0	2 162	0,9	8,4	27,3	35,4	25,7	2,3	100,0
Dirigente superior:	255	0,0	1,2	14,9	40,4	33,7	9,8	100,0	13	0,0	0,0	15,4	30,8	38,5	15,4	100,0
Dirigente intermédio:	2122	0,0	1,4	28,0	49,9	19,5	1,3	100,0	34	0,0	0,0	47,1	50,0	2,9	0,0	100,0
Técnico Superior	2680	0,4	14,2	41,6	27,5	15,1	1,1	100,0	190	0,5	15,3	51,6	18,9	12,6	1,1	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	9920	0,6	13,9	33,7	37,8	13,1	0,9	100,0	400	0,5	7,8	24,3	34,3	32,3	1,0	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	7106	2,6	15,1	33,5	26,8	20,5	1,4	100,0	1521	1,1	7,8	24,7	37,5	26,1	2,7	100,0
Informático	122	0,8	13,1	38,5	29,5	18,0	0,0	100,0	4	0,0	75,0	25,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pessoal de Inspecção	21	0,0	0,0	19,0	52,4	28,6	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Médico	8	0,0	0,0	0,0	0,0	62,5	37,5	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro	2	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	3	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Oficial dos Registos e do Notariado	1	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central e regional da Madeira, 31 dezembro 2018





Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2018

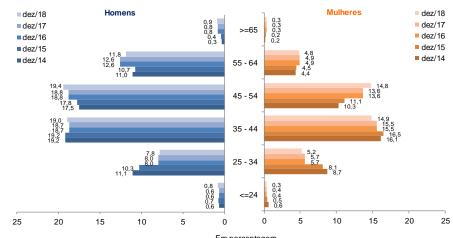
	DETIDAS PEL	A ADMINISTRAÇ	ÃO CENTRAL	DETIDAS PELA	ADM. REGIONAL	L DA MADEIRA
CARGO / CARREIRA / GRUPO	ldade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	ldade média estimada (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
TOTAL	45,2	30,2	39,6	47,7	14,2	28,1
Dirigente superior	53,0	0,0	5,4	53,8	0,0	0,0
Dirigente intermédio	48,7	0,2	8,3	45,2	0,0	17,2
Técnico Superior	44,1	33,8	47,3	42,6	33,3	74,3
Assistente técnico/administrativo (b)	44,8	28,3	41,0	48,9	8,5	23,8
Assist. operacional/operário/auxiliar (c	44,7	41,6	49,5	48,1	14,4	25,4
Informático	44,7	22,7	34,1	30,8	-	300,0
Pessoal de Inspecção	50,3	0,0	0,0	-	-	-
Médico	63,9	0,0	0,0	-	-	-
Enfermeiro	49,5	0,0	0,0	-	-	-
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	48,7	0,0	0,0	-	-	-
Oficial dos Registos e do Notariado	47,0	-	0,0	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

(*) Em número índice, base = 100; Ver também IV. Notas Técnicas relativas a conceitos.

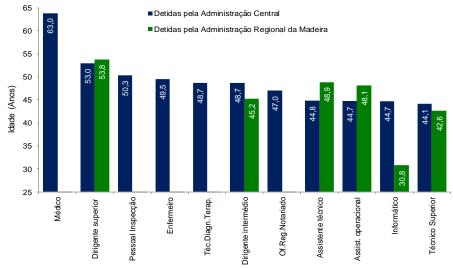
Gráfico 7.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, 31 dezembro 2018



No último dia do 2.º semestre de 2018, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central (45,2 anos) é inferior em 2,5 anos para o mesmo indicador na administração regional da Madeira (Quadro 7.2).

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Nas entidades detidas administração central, os trabalhadores nas carreiras de assistentes técnicos operacionais (76,6% do total de trabalhadores) apresentam idades inferiores às dos trabalhadores nas mesmas carreiras nas entidades detidas pela administração regional da Madeira (com uma representatividade de 88,9% do total) (Gráfico 7.3).



8. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em 31 de dezembro 2018, 47,2% dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central têm nível de escolaridade de ensino superior. No conjunto das sociedades detidas pela administração central, 74,0% dos trabalhadores das sociedades financeiras têm nível de escolaridade de ensino superior, enquanto que este rácio reduz para 31,5% nos trabalhadores das sociedades não financeiras. Este indicador apresenta o valor mais baixo nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira: 12,7% dos trabalhadores detêm qualificações de nível superior em contraponto com o número de trabalhadores que possuem habilitação de ensino básico (69,7%).

De notar que nas sociedades detidas pela administração central, do total de trabalhadores com ensino superior, 55,2% são mulheres e 44,8% são homens; nas sociedades detidas pela administração regional da Madeira 36,1% são mulheres e 63,9% homens são homens (Quadro 8.1 e Gráficos 8.1 e 8.2).

Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2017 e 2018

Un	idade: postos de trabalho	31-de:	zembro-2	2017	31-de	zembro-	2018	Vari	ação (N	l.º)	Va	ariação ((%)
		Н	М	Total	Н	М	Total	Н	М	Total	Н	М	Total
DETI	DAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	13 528	9 203	22 731	13 275	8 965	22 240	-253	-238	-491	-1,9	-2,6	-2,2
En	sino básico	4 068	827	4 895	3 971	799	4 770	-97	-28	-125	-2,4	-3,4	-2,6
En	sino Secundário	4 648	2 539	7 187	4 601	2 362	6 963	-47	-177	-224	-1,0	-7,0	-3,1
En	sino Superior	4 812	5 837	10 649	4 703	5 804	10 507	-109	-33	-142	-2,3	-0,6	-1,3
	Sociedades Financeiras	3 693	5 095	8 788	3 425	4 821	8 246	-268	-274	-542	-7,3	-5,4	-6,2
	Ensino básico	34	65	99	25	48	73	-9	-17	-26	-26,5	-26,2	-26,3
	Ensino Secundário	1 226	1 207	2 433	1 057	1 018	2 075	-169	-189	-358	-13,8	-15,7	-14,7
quais	Ensino Superior	2 433	3 823	6 256	2 343	3 755	6 098	-90	-68	-158	-3,7	-1,8	-2,5
Das q	Sociedades Não Financeiras	9 835	4 108	13 943	9 850	4 144	13 994	15	36	51	0,2	0,9	0,4
	Ensino básico	4 034	762	4 796	3 946	751	4 697	-88	-11	-99	-2,2	-1,4	-2,1
	Ensino Secundário	3 422	1 332	4 754	3 544	1 344	4 888	122	12	134	3,6	0,9	2,8
	Ensino Superior	2 379	2 014	4 393	2 360	2 049	4 409	-19	35	16	-0,8	1,7	0,4
DETI	DAS PELA A. R. DA MADEIRA	1 838	311	2 149	1 831	331	2 162	-7	20	13	-0,4	6,4	0,6
En	sino básico	1 403	137	1 540	1 368	138	1 506	-35	1	-34	-2,5	0,7	-2,2
En	sino Secundário	270	91	361	288	94	382	18	3	21	6,7	3,3	5,8
En:	sino Superior	165	83	248	175	99	274	10	16	26	6,1	19,3	10,5

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 31 dezembro 2018

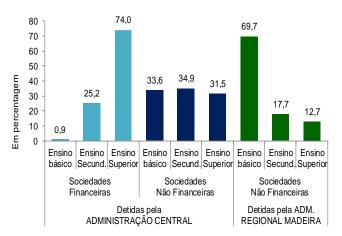
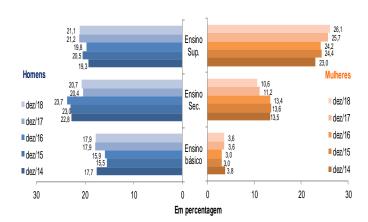


Gráfico 8.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central, 31 dezembro 2018





As carreiras de técnico superior e assistente técnico/administrativo nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira são as que mais contribuem para os níveis de escolaridade de ensino superior. O grupo de assistente operacional/operário/auxiliar (dos quais 88,0% possui ensino básico) é o que mais contribui para que o nível de ensino básico dos trabalhadores na administração regional da Madeira seja elevado (69,7%) (Quadro 8.2). O peso de doutorados em relação aos restantes graus de habilitação de ensino superior é maior nos trabalhadores com cargos de direção superior nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central (Quadro 8.2 e Gráficos 8.3 e 8.4).

Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018

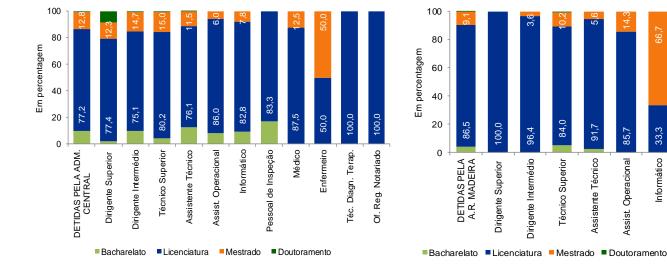
Unidade: postos de trabalho		DET	TIDAS PEL	A ADMIN	IISTRAÇÃ	O CENTRA	AL.			DETID	AS PELA	ADM. R	EGIONAI	L DA MAI	DEIRA	
		Emp	rego			Estrutu	ra (%)			Emp	rego			Estruti	ura (%)	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico		Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	4 770	6 963	10 507	22 240	21,4	31,3	47,2	100,0	1 506	382	274	2 162	69,7	17,7	12,7	100,0
Dirigente superior	0	20	235	255	0,0	7,8	92,2	100,0	0	0	13	13	0,0	0,0	100,0	100,0
Dirigente intermédio	57	345	1 720	2 122	2,7	16,3	81,1	100,0	1	5	28	34	2,9	14,7	82,4	100,0
Técnico Superior	20	117	2 543	2 680	0,7	4,4	94,9	100,0	0	3	187	190	0,0	1,6	98,4	100,0
Assistente técnico/administrativo	674	3 519	5 727	9 920	6,8	35,5	57,7	100,0	167	197	36	400	41,8	49,3	9,0	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	4 008	2 898	200	7 106	56,4	40,8	2,8	100,0	1 338	176	7	1 521	88,0	11,6	0,5	100,0
Informático	10	48	64	122	8,2	39,3	52,5	100,0	0	1	3	4	0,0	25,0	75,0	100,0
Pessoal de Inspecção	1	14	6	21	4,8	66,7	28,6	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Médico	0	0	8	8	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Enfermeiro	0	0	2	2	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0	2	1	3	0,0	66,7	33,3	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0	0	1	1	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 8.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, 31 dezembro 2018

Gráfico 8.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detidas pela administração regional da Madeira, 31 dezembro 2018





9. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração central nas atividades de "Transportes e armazenagem" (Secção H), e "Atividades financeiras e de seguros" (Secção K) representa cerca de 52,3% do total de emprego nestas sociedades. Nas entidades detidas pela administração local 62,3% do emprego está afeto à atividade de "Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição" (Secção E), onde se enquadram os serviços municipalizados. As remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores das sociedades detidas pela administração central apresentam valores superiores aos das sociedades detidas pelos restantes níveis de administração (Quadro 9.1 e Gráfico 9.1).

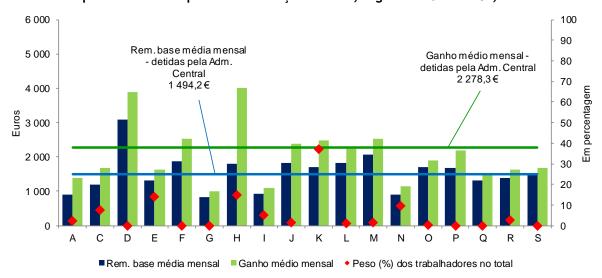
Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 4.º trimestre 2018

	Unidades: postos de trabalho e euros	DET		.A ADMINIS [.] ENTRAL	TRAÇÃO			A ADMINIST	1	DETI		A ADMINISTI LOCAL	RAÇÃO
	CAE Rev.3	31 dez 20		outubr	o 2018		zembro 018	outubro	2018	31 dez 20		outubro	2018
Secção		Emp	rego	Remun. base	Ganho médio	Emp	rego	Remun. base	Ganho médio	Emp	rego	Remun, base	Ganho médio
Sec	Designação	N.°	Peso %	média mensal (€)	mensal (€)	N.°	Peso %	média mensal (€)	mensal (€)	N.°	Peso %	média mensal (€)	mensal (€)
	Total	22 240	100,0	1 494,2	2 278,3	2 162	100,0	1124,4	1547,5	18 977	100,0	903,5	1163,5
Α	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	567	2,6	889	1 388,3	0	0,0	-	-	11	0,1	987,0	1 190,0
С	Indústrias transformadoras	1 724	7,8	1 180,3	1 667,4	0	0,0	-	-	51	0,3	768,1	869,7
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,0	3 079,0	3 891,3	655	30,3	1 735,4	2 475,5	31	0,2	1 392,3	1 559,4
Е	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de												
	resíduos e despoluição	3 127	14,1	1 317,6	1 633,4	748	34,6	872,2	1 099,3	11 814	62,3	866,8	1 075,5
F	Construção	7	0,0	1 877,6	2 517,6	0	0,0		-	480	2,5	911,9	1 108,3
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e												
	motociclos	2 227	0,0		993,0	219	10,1	699,5	950,1	163	0,9	1 012,7	1 270,3
H	Transportes e armazenagem	3 327	15,0	, .	4 013,4	508	23,5	910,5	1 318,9	3 984	21,0	996,6	1 458,7
١.	Alojamento, restauração e similares	1 181	5,3	927,7	1 082,8	0	0,0	000 5	-	91	0,5	790,2	875,4
J	Atividades de informação e de comunicação	345	1,6	1 826,9	2 381,1	13	0,6	929,5	1 140,1	87	0,5	1 338,1	1 434,5
Κ.	Atividades financeiras e de seguros	8 302	37,3	1 709,0	2 470,8	0	0,0	2 025 (2 (02 5	0	0,0	-	-
L	Atividades imobiliárias	276	1,2	1 826,3	2 233,3	9 10	0,4	2 025,6	2 602,5	124 207	0,7	804,6	906,8
W	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	361 2 173	1,6 9.8	2 069,6	2 534,8	0	0,5	1 468,9	1 748,0	207	1,1 1,2	913,5	1 078,7
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	103	9,8 0.5	890,8 1 708.9	1 152,2 1 896.0	0	0,0		-		0.2	762,2 833.5	926,1 1 029,6
0 P	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória Educação	103	0,5	1 678,5	2 185.6	0	0,0		-	28 41	0,2	1 290.6	1 379,5
	Atividades de saúde humana e apoio social	27	0,1	1 319,9	1 463.6	0	0,0		-	152	0,2	660,8	769.7
Q	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	665	3.0		1 626,9	0	0,0		-	1 359	7.2	966,5	769,7 1 215,1
	, , , ,		-,-	,	,	-	,		-		,	·	,
S	Outras atividades de serviços	33	0,2	1 506,8	1 669,7	0	0,0		-	122	0,6	969,0	1 248,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: O Banco de Portugal e entidades detidas pelo Banco de Portugal e as sociedades não financeiras detidas pela administração regional dos Açores estão em incumprimento no reporte de dados no SIOE.

Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2018





III. OUTROS INDICADORES

10. Distribuição geográfica do emprego e remunerações por NUTS I

A 31 de dezembro de 2018, o emprego nas administrações públicas situava-se em 683 591 postos de trabalho, revelando um aumento de cerca de 2,1% em termos homólogos, correspondendo a mais 14 270 postos de trabalho.

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013) (¹), e de acordo com as NUTS I, 92,5% dos trabalhadores encontram-se no Continente, 3,5% na Região Autónoma da Região dos Açores, 3,7% na Região Autónoma da Região da Madeira e 0,4% estão fora do território.

A carreiras de assistente técnico/administrativo, assistente operacional/operário/auxiliar e educadores de infância/docentes do ensino básico e secundário, correspondem a mais de metade do emprego total nas administrações públicas (55,0%) e representam 76,6% do emprego fora do território (Quadro 10.1).

Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I

Unidade: posto de trabalho							ADMINISTE	RAÇÕES P	ÚBLICAS						
		31	dez 2017	7			31	dez 2018	3				V.H. (%)		
CARGO / CARREIRA / GRUPO	PORTUGAL	CONTINENTE		R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE		R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO	PORTUGAL	CONTINENTE		R.A. DA MADEIRA	FORA DO TERRITÓRIO
Total	669 321	618 761	23 145	25 044	2 371	683 591	631 993	23 847	25 238	2 513	2,1	2,1	3,0	0,8	6,0
Representantes do poder legislativo (a)	2 287	2 020	146	121	0	2 362	2 084	148	130	0	3,3	3,2	1,4	7,4	
Dirigente superior	1 584	1 371	122	88	3	1 662	1 449	121	89	3	4,9	5,7	-0,8	1,1	0,0
Dirigente intermédio	9 933	9 049	387	497	0	10 437	9 555	384	498	0	5,1	5,6	-0,8	0,2	-
Técnico Superior	61 669	57 481	1 943	1 987	258	65 147	60 549	2 169	2 153	276	5,6	5,3	11,6	8,4	7,0
Assistente técnico/administrativo (b)	84 137	75 669	3 840	3 900	728	86 095	77 412	4 003	3 922	758	2,3	2,3	4,2	0,6	4,1
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	151 101	136 137	6 881	7 591	492	155 477	140 142	7 148	7 632	555	2,9	2,9	3,9	0,5	12,8
Informático	4 996	4 485	247	261	3	5 068	4 529	270	266	3	1,4	1,0	9,3	1,9	0,0
Magistrado	3 748	3 615	71	62	. 0	3 844	3 716	68	60	0	2,6	2,8	-4,2	-3,2	-
Diplomata (d)	350	101	0	0	249	382	124	0	0	258	9,1	22,8			3,6
Pessoal de Investigação Científica	1 493	1 472	18	3	0	1 682	1 661	17	4	0	12,7	12,8	-5,6	33,3	-
Docente Ensino Universitário	14 686	14 217	211	209	49	14 949	14 483	215	203	48	1,8	1,9	1,9	-2,9	-2,0
Docente Ensino Superior Politécnico	9 724	9 636	34	54	0	10 120	10 023	27	70	0	4,1	4,0	-20,6	29,6	-
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	134 046	121 916	5 334	6 207	589	134 645	122 668	5 297	6 068	612	0,4	0,6	-0,7	-2,2	3,9
Pessoal de Inspecção	1 661	1 456	132	73	0	1 681	1 472	137	72	0	1,2	1,1	3,8	-1,4	-
Médico	28 647	27 401	693	553	0	29 235	28 015	626	594	0	2,1	2,2	-9,7	7,4	-
Enfermeiro	44 638	41 431	1 524	1 683	0	46 130	42 827	1 560	1 743	0	3,3	3,4	2,4	3,6	-
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8 888	8 242	343	303	0	9 319	8 638	367	314	0	4,8	4,8	7,0	3,6	-
Técnico Superior de Saúde	1 852	1 722	38	92	. 0	1 878	1 750	35	93	0	1,4	1,6	-7,9	1,1	-
Administração Tributária e Aduaneira	9 254	9 058	0	196	0	9 292	9 097	0	195	0	0,4	0,4		-0,5	-
Conservador e Notário	602	592	0	10	0	595	585	0	10	0	-1,2	-1,2		0,0	-
Oficial dos Registos e do Notariado	3 995	3 890	0	105	0	3 938	3 833	0	105	0	-1,4	-1,5		0,0	-
Oficial de Justiça	7 708	7 388	173	147	0	7 798	7 465	184	149	0	1,2	1,0	6,4	1,4	-
Forças Armadas (*)	27 164	25 564	975	625	0	26 800	25 191	1 047	562	0	-1,3	-1,5	7,4	-10,1	-
Polícia Judiciária	2 125	2 125	0	0	0	2 128	2 128	0	0	0	0,1	0,1		-	-
Polícia de Segurança Pública (*)	20 320	20 320	0	0	0	20 196	20 196	0	0	0	-0,6	-0,6		-	-
Guarda Nacional Republicana (*)	22 553	22 553	0	0	0	22 483	22 483	0	0	0	-0,3	-0,3	-		-
Serviço Estrangeiros Fronteiras	816	816	0	0	0	805	805	0	0	0	-1,3	-1,3	-		-
Guarda Prisional	4 401	4 401	0	0	0	4 338	4 338	0	0	0	-1,4	-1,4	-	-	-
Outro Pessoal de Segurança	1 337	1 253	8	76	0	1 273	1 198	0	75	0	-4,8	-4,4	-100,0	-1,3	-
Bombeiro	2 100	1 899	0	201	0	2 341	2 110	0	231	0	11,5	11,1	-	14,9	-
Polícia Municipal (e)	1 506	1 481	25	0	0	1 491	1 467	24	0	0	-1,0	-0,9	-4,0	-	

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: (a) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

^(*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).

⁽¹⁾ A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

[&]quot; - ": Ver sinais convencionais.



Em outubro de 2018, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas situava-se em cerca de 1 468,8€, correspondendo a uma variação homóloga de 0,6%, por efeito conjugado da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios, do processo faseado de descongelamento de carreiras, progressões e promoções e da atualização do valor da Retribuição Mínima Garantida.

O ganho médio mensal nas administrações públicas é estimado, para outubro de 2018, em 1 718,9€, indiciando uma variação homóloga de 1,5%, pelos mesmos motivos referidos para a remuneração base média mensal.

Na distribuição geográfica segundo as NUTS I (¹), o ganho médio mensal dos trabalhadores em exercício de funções em serviços externos (fora do território nacional) são superiores às restantes regiões - destacando-se a diferença face ao continente do ganho médio mensal na carreira de diplomata -, devido aos suplementos regulares que são devidos no exercício de funções no estrangeiro, dependendo do país de colocação (Quadro 10.2).

Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas admin. públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I

Unidade: euro									ADMI	IISTRAÇ	ÕES PÚB	LICAS								
					outubr	o 2017									outubr	o 2018				
CARGO / CARREIRA / GRUPO	PORT	UGAL	CONTIN	IENTE	R.A. DOS	AÇORES	R.A. DA A	AADEIRA	FORA TERRIT		PORT	UGAL	CONTIN	ENTE	R.A. DOS	AÇORES	R.A. DA A	AADEIRA	FORA TERRIT	
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM
Total	1 460,7	1 693,1	1 466,7	1 695,0	1 349,7	1 578,7	1 320,8	1 528,2	2 532,5	4 133,9	1 468,8	1 718,9	1 475,6	1 721,9	1 344,4	1 593,9	1 329,0	1 554,1	2 377,7	3 802,2
Representantes do poder legislativo (a)	2 671,1	3 369,0	2 589,7	3 289,2	3 144,3	3 949,3	3 137,2	3 694,4	-		2 666,4	3 374,7	2 590,0	3 300,8	3 151,5	3 921,5	3 124,3	3 717,5	-	-
Dirigente superior	3 918,4	4 864,0	3 978,2	4 942,3	3 524,7	4 239,3	3 559,7	4 433,3	3 360,5	6 906,1	3 888,1	4 847,4	3 936,6	4 914,7	3 549,9	4 277,4	3 595,1	4 496,8	3 360,7	6 257,7
Dirigente intermédio	2 682,1	3 170,8	2 671,9	3 157,7	2 733,8	3 065,5	2 831,9	3 498,0			2 663,4	3 166,5	2 648,7	3 148,7	2 758,0	3 094,1	2 870,7	3 560,7	-	-
Técnico Superior	1 651,0	1 811,7	1 641,6	1 793,0	1 675,2	1 825,7	1 705,1	1 857,5	2 993,4	5 183,8	1 645,8	1 813,5	1 637,7	1 801,5	1 643,0	1 801,2	1 700,5	1 870,2	2 931,4	3 941,7
Assistente técnico/administrativo (b)	910,6	1 062,5	888,7	1 041,5	950,7	1 099,6	950,9	1 084,6	2 773,5	2 939,7	916,2	1 074,2	897,2	1 056,2	944,8	1 099,2	966,6	1 112,6	2 484,3	2 627,7
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	631,5	780,8	625,8	775,1	672,3	848,7	654,6	783,5	1 314,9	1 433,1	648,8	811,5	643,5	806,1	681,1	872,3	671,9	813,0	1 293,0	1 420,2
Informático	1 732,6	1 918,4	1 731,6	1 920,6	1 758,7	1 887,4	1 727,0	1 872,0	1 656,7	4 414,7	1 739,8	1 956,1	1 740,8	1 963,9	1 733,8	1 869,5	1 728,7	1 872,2	1 702,7	5 139,6
Magistrado	4 921,4	5 710,4	4 939,0	5 722,3	4 262,7	5 521,4	4 640,3	5 229,6			4 926,7	5 838,2	4 940,2	5 831,9	4 303,1	5 821,7	4 784,9	6 249,0		
Diplomata (d)	2 553,2	10 143,7	2 539,9	2 901,7					2 557,8	12 633,1	2 491,2	9 392,4	2 506,7	2 856,8					2 483,7	12 563,4
Pessoal de Investigação Científica	3 311,1	3 432,3	3 306,8	3 427,8	3 531,6	3 670,6	3 901,1	4 001,3			3 302,6	3 436,3	3 299,5	3 433,3	3 450,5	3 580,1	3 901,1	3 994,9		
Docente Ensino Universitário	3 537,4	3 654,5	3 550,0	3 659,0	3 480,7	3 620,9	3 311,1	3 429,5	2 076,3	3 685,0	3 552,8	3 675,7	3 565,4	3 679,9	3 546,1	3 688,5	3 295,2	3 422,0	2 004,6	3 678,3
Docente Ensino Superior Politécnico	3 063,3	3 183,9	3 061,1	3 181,2	3 434,1	3 608,3	3 282,7	3 482,6			3 116,4	3 237,7	3 114,7	3 235,5	3 375,8	3 554,9	3 262,8	3 429,4		
Educ.Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	2 012,8	2 121,2	2 021,0	2 127,0	1 902,2	2 034,4	1 869,7	1 993,4	3 115,4	3 335,8	2 022,2	2 137,0	2 030,5	2 142,8	1 915,5	2 053,1	1 867,7	1 994,5	2 935,5	3 198,3
Pessoal de Inspecção	2 212,1	2 549,5	2 237,6	2 570,3	1 932,2	2 331,6	2 180,1	2 505,2			2 193,7	2 547,8	2 216,3	2 565,4	1 952,2	2 377,2	2 178,8	2 502,8		
Médico	2 770,9	3 630,4	2 768,2	3 597,0	2 921,8	4 355,3	2 740,1	4 465,8			2 776,1	3 726,6	2 772,6	3 691,5	2 942,3	4 568,6	2 760,2	4 455,2		
Enfermeiro	1 327,1	1 547,8	1 324,5	1 540,9	1 398,5	1 754,1	1 328,8	1 536,4			1 327,5	1 639,2	1 326,8	1 635,5	1 392,6	1 830,3	1 286,8	1 560,5		
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 214,2	1 394,6	1 205,9	1 385,5	1 330,7	1 528,8	1 309,5	1 490,6			1 223,1	1 436,7	1 217,5	1 430,2	1 300,0	1 545,3	1 284,3	1 486,6		
Técnico Superior de Saúde	1 856,6	2 077,2	1 847,3	2 070,1	2 123,9	2 445,1	1 918,9	2 059,7			1 879,9	2 135,2	1 872,9	2 130,3	2 156,0	2 632,8	1 897,8	2 028,9		
Administração Tributária e Aduaneira	1 898,1	2 091,6	1 900,7	2 093,6			1 775,7	1 999,9			1 921,6	2 122,6	1 924,0	2 124,4			1 807,3	2 038,3		
Conservador e Notário	3 682,4	4 049,7	3 714,9	4 028,0			1 540,9	5 478,5			3 888,8	4 273,1	3 928,8	4 249,6			1 531,0	5 654,8		
Oficial dos Registos e do Notariado	1 888,1	2 082,8	1 918,3	2 074,8			721,5	2 391,2			1 913,6	2 118,0	1 945,3	2 110,3			732,8	2 405,5		
Oficial de Justiça	1 357,1	1 603,6	1 359,9	1 597,1	1 280,9	1 739,0	1 313,1	1 753,6			1 338,8	1 590,0	1 341,2	1 583,1	1 263,5	1 730,0	1 312,1	1 758,9		
Forças Armadas (*)	1 187,5	1 606,3	1 202,8	1 625,5	961,7	1 327,7	921,7	1 265,4			1 223,0	1 651,6	1 243,0	1 676,6	924,3	1 285,7	916,9	1 258,6		
Polícia Judiciária	1 839,9	2 288,7	1 839,9	2 288,7						-	1 874,8	2 304,8	1 874,8	2 304,8						
Polícia de Segurança Pública (*)	1 405,6	1 892,6	1 405,6	1 892,6							1 413,1	1 878,9	1 413,1	1 878,9						
Guarda Nacional Republicana (*)	1 453,3	1 689,3	1 453,3	1 689,3							1 423,8	1 657,8	1 423,8	1 657,8						
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 083,3	2 881,2	2 083,3	2 881,2					-		2 126,8	3 001,3	2 126,8	3 001,3						
Guarda Prisional	1 042,3	1 840,9	1 042,3	1 840,9					-		1 022,1	1 895,7	1 022,1	1 895,7						
Outro Pessoal de Segurança	1 124,3	1 735,4	1 130,7				1 018,7	1 723,1	-		1 144,2	1 745,4	1 149,2	1 764,8			1 062,0	1 429,8		
Bombeiro	991,3	1 579,4	1 014,8	1 625,3			771,0	1 148,6	-		965,2	1 526,5	987,2	1 556,5			766,8	1 255,8	-	
Polícia Municipal (e)	994.5	1 512,6	999.9	1 525.0	692.4	825,1					1 012.4	1 561,5	1 017,4	1 572.9	717.7	885.3				

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP

Notas: (a) Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) a (d) Inclui pessoal dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fora do território); (e) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrados na Polícia Municipal de Lisboa e Porto.

- (*) Para as carreiras das Forças Armadas, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana não está, de momento, disponível informação desagregada relativa ao número de efetivos colocados em missões no estrangeiro (fora do território).
- (1) A distribuição geográfica do emprego por NUTS I é aproximada no que diz respeito à repartição entre continente e regiões autónomas, uma vez que os dados recolhidos pelo SIOE são, nalguns casos, agregados na sede da entidade.

RBMM: Remuneração base média mensal; GMM: Ganho médio mensal.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

[&]quot; - ": Ver sinais convencionais.



11. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas atividades de educação e saúde por NUTS

Na distribuição geográfica segundo as unidades territoriais para fins estatísticos, versão NUTS 2013, a maior concentração de estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos situa-se no Norte (290). Ao nível de NUTS II, para os mesmos estabelecimentos, o Algarve regista, em média, o maior número de docentes por estabelecimento (164,4), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (159,9) e o Norte (153,0). As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) concentram, em conjunto, o maior número de emprego nos estabelecimentos de educação e ensino públicos: perto de 37,6% nos estabelecimentos de ensino básico e secundário e 49,8% nos estabelecimentos de ensino superior (Quadro 11.1).

Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2018

	Es	tabelecimento	Estabelecimentos ensino superior						
	N.º de Estabelec.	Educ.Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média	Total Emprego nos estab. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	População residente 3-18 anos por docente	Investigad. e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estab. Ens. Sup.
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(8)	(9)
Portugal	894	131 932	147,6	191 881	214,6	11,9	15 810	10 108	37 417
Continente	810	120 637	148,9	175 632	216,8	12,3	15 383	10 011	36 566
Norte	290	44 379	153,0	65 276	225,1	12,0	4 399	3 170	10 665
Alto Minho	20	3 036	151,8	4 682	234,1	-	0	343	470
Cávado	31	5 266	169,9	7 347	237,0	-	830	354	1 766
Ave	33	4 871	147,6	7 148	216,6	-	492	0	576
Área Metropolitana do Porto	121	19 628	162,2	28 702	237,2	-	2 570	1 655	5 935
Alto Tâmega	8	1 263	157,9	1 853	231,6	-	0	0	0
Tâmega e Sousa	41	5 663	138,1	8 673	211,5	-	0	128	144
Douro	24	2 917	121,5	4 355	181,5	-	497	101	986
Terras de Trás-os-Montes	12	1 735	144,6	2 516	209,7	-	10	589	788
Centro	191	28 153	147,4	41 782	218,8	11,1	3 320	3 382	9 783
Região de Aveiro	28	4 548	162,4	6 497	232,0	-	817	312	1 644
Região de Coimbra	36	5 233	145,4	7 720	214,4	-	1 764	856	3 939
Região de Leiria	23	3 337	145,1	4 869	211,7	-	5	704	999
Viseu Dão Lafões	25	3 887	155,5	5 947	237,9	-	0	385	557
Beiras e Serra da Estrela	24	2 923	121,8	4 516	188,2	-	731	216	1 342
Beira Baixa	9	1 015	112,8	1 547	171,9	-	0	423	625
Oeste	27	4 261	157,8	6 371	236,0	-	3	267	323
Médio Tejo	19	2 949	155,2	4 315	227,1	-	0	219	354
Área Metropolitana de Lisboa	197	31 506	159,9	43 487	220,8	15,0	6 603	2 257	12 695
Alentejo	93	10 187	109,5	15 400	165,6	9,7	589	851	2 239
Alentejo Litoral	15	1 247	83,1	2 003	133,5	-	0	0	0
Alto Alentejo	20	1 716	85,8	2 518	125,9	-	1	208	330
Alentejo Central	18	2 268	126,0	3 497	194,3	-	588	31	1 021
Baixo Alentejo	18	1 765	98,1	2 735	151,9	-	0	272	390
Lezíria do Tejo	22	3 191	145,1	4 647	211,2	-	0	340	498
Algarve	39	6 412	164,4	9 687	248,4	11,0	472	351	1 184
Região Autónoma dos Açores	40	5 247	131,2	7 393	184,8	8,2	224	27	438
Região Autónoma da Madeira	40	5 771	144,3	8 365	209,1	7,1	203	70	413
Fora do Território	4	277	69,3	491	122,8	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; INE - Inquérito ao Emprego 4.ºT 2018 e Censos 2011; Ver IV. Notas técnicas

Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos no território e fora do território, correspondendo à CAE Educação, exceto Formação Profissional e estabelecimentos de ensino das Forças Armadas. Fora do território: estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos portugueses no estrangeiro; esta distribuição geográfica não inclui pessoal dos serviços externos do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., como docentes do ensino básico e secundário e docentes universitários que integram o ensino de português no estrangeiro, bem como agentes de cooperação.

NUTS 2013 - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos versão de 2013.

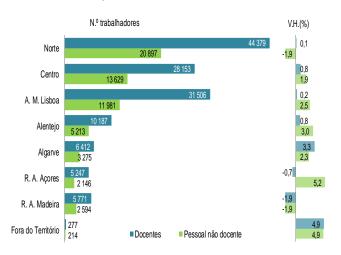
[&]quot; - ": Ver sinais convencionais.

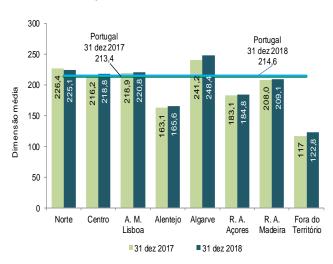


Na distribuição geográfica segundo as NUTS II, o emprego de pessoal docente e não docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, comparativamente com o período homólogo, aumentou em todas as regiões, exceto na Região Autónoma da Madeira (-1,9% e -1,9% respetivamente), na Região Autónoma da Açores referente ao pessoal docente (-0,7%) e no Norte ao pessoal não docente (-1,9%). Fora do território verifica-se o maior aumento de emprego de pessoal docente nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário, comparativamente com o período homólogo (4,9%); relativamente ao pessoal não docente é na Região Autónoma dos Açores que se revela o maior aumento (5,2%) (Gráficos 11.1 a 11.3).

Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2018

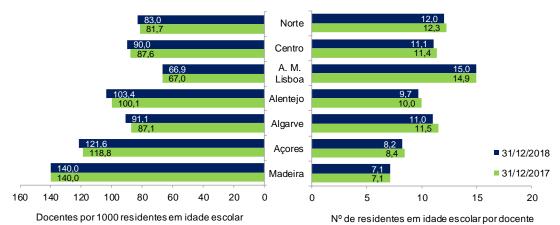
Gráfico 11.2 Dimensão média nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2017 e 2018





Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013.

Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II, 31 dezembro 2017 e 2018



 $\textbf{Fontes: DGAEP-SIOE} \ (dados \ disponive is \ em \ 30-04-2019); \ INE-Inqu\'erito \ ao \ Emprego \ 4^oT \ 2018 \ e \ Censos \ 2011; \ DGAEP/DIOEP; \ NUTS-vers\~ao \ 2013.$

Segundo os dados recolhidos pelo SIOE, o número de residentes em idade escolar por docente de ensino básico e secundário apresenta o maior valor na Área Metropolitana de Lisboa (15,0) em oposição à Região Autónoma da Madeira com um docente para cada 7,1 residentes em idade escolar (Gráficos 11.1 a 11.3). A média nacional é de 11,9 residentes em idade escolar para cada docente (Quadro 11.1).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) centralizam, em conjunto, o maior número de investigadores e docentes de ensino universitário: perto de 58,0% (6 603 e 2 570, respetivamente). Os docentes do ensino superior politécnico concentramse em particular na região Centro (NUTS II): aproximadamente de 33,5% (Quadro 11.1).

Os estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário públicos apresentam uma dimensão média em termos de emprego de 214,6 trabalhadores, valor com um máximo no Algarve (248,4 trabalhadores em média). Este indicador apresenta um valor mínimo para estabelecimentos portugueses no estrangeiro (NUTS II), com 122,8 trabalhadores em média (Quadro 11.1 e Gráfico 11.2).



Em outubro de 2018, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos de educação e ensino públicos (NUTS II), face ao período homólogo, aumentou em todas as regiões, exceto Fora do Território (-3,1%) e no Algarve (-0,6%). O ganho médio dos trabalhadores a tempo completo revela, em termos homólogos, uma variação positiva entre 0,6% e 1,5%, exceto para os mesmos dois territórios: -1,5% para Fora do Território e -0,1% para o Algarve (Quadro 11.2).

Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS

Unidade: Euros

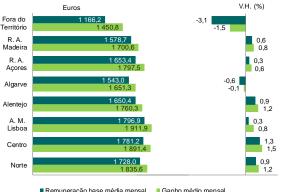
Estabelecimentos de educação e ensino públicos (todos os níveis de ensino)

	Remuneração base média mensal (€)							Ganho médio mensal (€)						
NUTS II e III	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	Varia V.H.	ção (%) out-18/ out-14	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	Varia V.H.	ção (%) out-18/ out-14
Portugal	1 660,0	1 662,4	1 709,9	1 718,5	1 732,0	0,8	4,3	1 764,3	1 766,4	1 806,7	1 824,5	1 844,5	1,1	4,5
Continente	1 674,2	1 673,6	1 721,4	1 729,2	1 742,7	0,8	4,1	1 776,5	1 774,7	1 814,9	1 833,1	1 853,1	1,1	4,3
Norte	1 648,7	1 659,5	1 701,9	1 711,9	1 728,0	0,9	4,8	1 750,2	1 760,6	1 794,2	1 813,8	1 835,6	1,2	4,9
Alto Minho	1 562,0	1 582,5	1 609,3	1 615,2	1 635,7	1,3	4,7	1 660,5	1 678,6	1 700,0	1 714,4	1 738,7	1,4	4,7
Cávado	1 745,7	1 748,7	1 833,9	1 835,6	1 869,1	1,8	7,1	1 849,0	1 849,8	1 927,0	1 938,6	1 979,3	2,1	7,0
Ave	1 637,8	1 661,8	1 692,7	1 656,1	1 687,9	1,9	3,1	1 738,2	1 768,9	1 784,5	1 757,2	1 795,8	2,2	3,3
Área Metropolitana do Porto	1 687,4	1 698,8	1 744,8	1 761,0	1 765,2	0,2	4,6	1 788,6	1 800,6	1 838,1	1 863,2	1 871,9	0,5	4,7
Alto Tâmega	1 540,5	1 552,0	1 617,1	1 620,6	1 647,7	1,7	7,0	1 644,1	1 651,4	1 707,4	1 725,0	1 755,1	1,7	6,8
Tâmega e Sousa	1 457,6	1 458,5	1 468,1	1 483,8	1 495,3	0,8	2,6	1 560,3	1 558,1	1 559,5	1 586,5	1 603,2	1,1	2,8
Douro	1 658,1	1 666,1	1 715,6	1 749,7	1 776,3	1,5	7,1	1 761,3	1 765,3	1 806,7	1 850,6	1 891,0	2,2	7,4
Terras de Trás-os-Montes	1 721,1	1 737,6	1 771,6	1 793,1	1 802,0	0,5	4,7	1 819,8	1 832,4	1 860,9	1 893,4	1 906,1	0,7	4,7
Centro	1 687,4	1 688,0	1 751,6	1 758,4	1 781,2	1,3	5,6	1 789,4	1 788,8	1 845,0	1 862,9	1 891,4	1,5	5,7
Região de Aveiro	1 841,1	1 823,5	1 924,7	1 931,9	1 939,1	0,4	5,3	1 943,8	1 924,1	2 017,0	2 035,9	2 047,1	0,6	5,3
Região de Coimbra	1 640,4	1 626,3	1 681,4	1 682,3	1 732,1	3,0	5,6	1 745,0	1 726,9	1 773,7	1 786,6	1 847,4	3,4	5,9
Região de Leiria	1 588,9	1 600,8	1 662,3	1 674,7	1 694,3	1,2	6,6	1 690,9	1 701,2	1 758,5	1 780,1	1 802,6	1,3	6,6
Viseu Dão Lafões	1 652,0	1 722,1	1 747,1	1 762,2	1 796,4	1,9	8,7	1 753,5	1 824,4	1 843,3	1 867,9	1 914,2	2,5	9,2
Beiras e Serra da Estrela	1 572,6	1 589,0	1 668,6	1 656,2	1 670,8	0,9	6,3	1 671,9	1 686,9	1 759,3	1 756,3	1 779,2	1,3	6,4
Beira Baixa	1 687,2	1 716,1	1 774,2	1 791,6	1 821,1	1,7	7,9	1 794,4	1 819,2	1 871,2	1 898,2	1 931,2	1,7	7,6
Oeste	1 778,9	1 780,1	1 837,4	1 847,0	1 867,6	1,1	5,0	1 880,1	1 882,1	1 930,5	1 951,6	1 979,3	1,4	5,3
Médio Tejo	1 563,0	1 519,5	1 559,9	1 565,5	1 587,2	1,4	1,6	1 663,6	1 619,9	1 651,8	1 671,9	1 692,3	1,2	1,7
Área Metropolitana de Lisboa	1 758,9	1 736,4	1 781,6	1 791,6	1 796,9	0,3	2,2	1 862,6	1 838,7	1 877,2	1 897,8	1 911,9	0,8	2,7
Alentejo	1 583,2	1 588,3	1 633,0	1 635,8	1 650,4	0,9	4,2	1 685,2	1 688,9	1 726,7	1 739,6	1 760,3	1,2	4,5
Alentejo Litoral	1 438,2	1 417,1	1 447,4	1 492,1	1 490,0	-0,1	3,6	1 539,7	1 523,7	1 539,5	1 594,9	1 603,4	0,5	4,1
Alto Alentejo	1 569,0	1 587,0	1 582,3	1 600,1	1 596,5	-0,2	1,8	1 671,5	1 689,6	1 676,5	1 702,9	1 707,2	0,3	2,1
Alentejo Central	1 708,0	1 711,3	1 785,9	1 793,5	1 826,3	1,8	6,9	1 810,5	1 809,4	1 882,9	1 902,2	1 935,9	1,8	6,9
Baixo Alentejo	1 561,6	1 564,4	1 602,9	1 575,5	1 607,8	2,1	3,0	1 661,2	1 664,2	1 693,8	1 678,5	1 717,0	2,3	3,4
Lezíria do Tejo	1 550,3	1 561,6	1 614,8	1 607,5	1 616,1	0,5	4,2	1 653,1	1 661,4	1 707,5	1 708,2	1 724,7	1,0	4,3
Algarve	1 521,2	1 523,9	1 553,5	1 551,5	1 543,0	-0,6	1,4	1 623,7	1 622,5	1 645,4	1 653,6	1 651,3	-0,1	1,7
Região Autónoma dos Açores	1 563,1	1 588,6	1 644,0	1 647,8	1 653,4	0,3	5,8	1 702,6	1 747,5	1 769,6	1 787,3	1 797,5	0,6	5,6
Região Autónoma da Madeira	1 478,3	1 514,0	1 559,6	1 569,4	1 578,7	0,6	6,8	1 591,1	1 623,5	1 663,6	1 687,6	1 700,6	0,8	6,9
Fora do Território	1 063,6	1 129,6	1 203,3	1 203,4	1 166,2	-3,1	9,7	1 327,8	1 452,5	1 895,1	1 472,1	1 450,8	-1,5	9,3
								-						

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP.

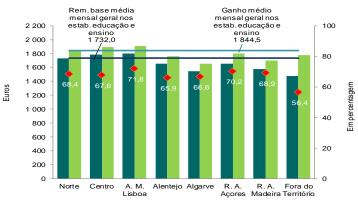
NUTS - versão 2013. Notas: ver notas do Quadro 10.1.

Gráfico 11.4 Remunerações e variação nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2018



Remuneração base média mensal Ganho médio mensa

Gráfico 11.5 Remunerações dos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2018



■ Remuneração base média mensal ■ Ganho médio mensal ◆ Peso (%) do pessoal docente



No território português, o emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) - correspondendo à "Atividade de saúde humana" - concentra-se, ao nível de NUTS II, na região Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (no conjunto, 82,1% do total de emprego em saúde). Destaca-se a região Norte (NUTS II), com mais população residente, como a maior empregadora, com 42 223 trabalhadores nas atividades de saúde humana, correspondendo a 31,4% da distribuição total do emprego e com a maior percentagem do peso do pessoal de saúde, 65,2% (Quadro 11.3).

Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2018

	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde	saúde (*)	Peso do pessoal de saúde (%)	Distribuição do total do emprego (%)	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+ (3)+(4)	(6)	(7)=(5)/(6)	(8)	(9)	(10)
Portugal	28 834	45 285	8 583	1 609	84 311	134 665	62,6	100,0	8,2	13,1
Continente	27 616	41 995	7 970	1 487	79 068	124 730	63,4	92,6	8,1	12,8
Norte	10 221	14 534	2 318	462	27 535	42 223	65,2	31,4	7,7	11,9
Alto Minho	574	924	121	35	1 654	2 602	63,6	1,9	-	-
Cávado	471	572	48	17	1 108	1 717	64,5	1,3	-	-
Ave	717	940	111	25	1 793	2 575	69,6	1,9	-	-
Área Metropolitana do Porto	6 603	9 029	1 553	307	17 492	26 538	65,9	19,7	-	-
Alto Tâmega	92	132	17	1	242	390	62,1	0,3	-	-
Tâmega e Sousa	822	1 059	135	22	2 038	3 246	62,8	2,4	-	-
Douro	650	1 226	205	34	2 115	3 302	64,1	2,5	-	-
Terras de Trás-os-Montes	292	652	128	21	1 093	1 853	59,0	1,4	-	-
Centro	6 270	10 449	1 864	359	18 942	29 645	63,9	22,0	8,5	13,4
Região de Aveiro	728	1 066	153	27	1 974	2 951	66,9	2,2	-	-
Região de Coimbra	2 503	3 804	721	161	7 189	11 034	65,2	8,2	-	-
Região de Leiria	598	1 000	145	30	1 773	2 671	66,4	2,0	-	-
Viseu Dão Lafões	761	1 129	196	28	2 114	3 171	66,7	2,4	-	-
Beiras e Serra da Estrela	523	1 156	231	41	1 951	3 371	57,9	2,5	-	-
Beira Baixa	198	439	73	16	726	1 187	61,2	0,9	-	-
Oeste	567	897	154	29	1 647	2 648	62,2	2,0	-	-
Médio Tejo	392	958	191	27	1 568	2 612	60,0	1,9	-	-
Área Metropolitana de Lisboa	8 603	12 015	2 776	511	23 905	38 649	61,9	28,7	8,4	13,6
Alentejo	1 456	3 016	601	71	5 144	8 591	59,9	6,4	7,3	12,2
Alentejo Litoral	133	371	76	6	586	986	59,4	0,7	-	-
Alto Alentejo	199	554	105	6	864	1 552	55,7	1,2	-	-
Alentejo Central	453	704	141	8	1 306	2 074	63,0	1,5	-	-
Baixo Alentejo	213	574	128	29	944	1 663	56,8	1,2	-	-
Lezíria do Tejo	458	813	151	22	1 444	2 316	62,3	1,7	-	-
Algarve	1 066	1 981	411	84	3 542	5 622	63,0	4,2	8,1	12,9
Região Autónoma dos Açores	625	1 549	344	35	2 553	4 835	52,8	3,6	10,6	20,0
Região Autónoma da Madeira	593	1 741	269	87	2 690	5 100	52,7	3,8	10,6	20,1

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); INE - Inquérito ao Emprego 4.ºT 2018 e Censos 2011; DGAEP/DIOEP; Ver IV. Notas técnicas. Notas: (*) Emprego em estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS) classificados na atividade de saúde humana. " - ": Ver sinais convencionais.

NUTS - versão 2013.



As regiões NUTS II, Norte (7,7), Alentejo (7,3) e Algarve (8,1) apresentam valores abaixo da média nacional (8,2) para o indicador da saúde por 1 000 residentes, em oposição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, ambas com 10,6, respetivamente (Quadro 11.3).

Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2018

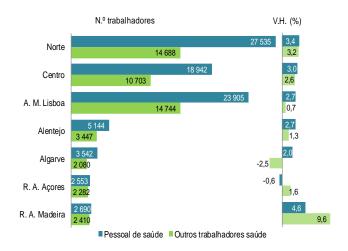
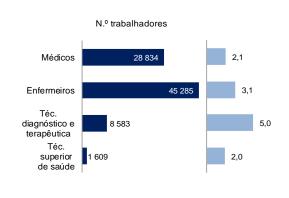


Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013.

Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2018

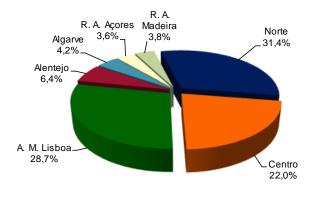


Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013.

Em termos homólogos constata-se que o emprego do pessoal de saúde na atividade de saúde humana (CAE 86) aumentou em todas as regiões, exceto na Região Autónoma dos Açores (-0,6). A carreira de técnico diagnóstico e terapêutica, que representa 6,4% do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana, comparativamente com o período homólogo, registou o maior crescimento de 5,0%, seguindo-se a carreira de enfermagem com 3,1%. Em oposição e com variação negativa, aparece os técnicos superiores de saúde com -0,5% (Quadro 11.3 e Gráficos 11.6 a 11.9).

As carreiras médica e de enfermagem representam mais de metade no total do emprego em entidades classificadas na atividade de saúde humana (55,0%).

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (NUTS III) concentram, em conjunto, o maior número de médicos: perto de 18,0% (8 603 e 6 603, respetivamente) no total do pessoal de saúde. Os enfermeiros concentram-se nas mesmas regiões NUTS III, ou seja, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, totalizando um emprego de 21 044, correspondendo a 25,0% no total do pessoal de saúde.



No mês de referência, outubro 2018, as remunerações de base médias dos trabalhadores a tempo completo nos estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde (NUTS II), comparativamente com o período homólogo, aumentaram em todas as regiões, exceto na Região Autónoma da Madeira (-0,9%). Os ganhos médios dos trabalhadores a tempo completo, apresentam uma variação homóloga positiva entre 1,2% e 7,2% para todas as regiões, atingido o seu máximo no Algarve (Quadro 11.4 e Gráfico 11.10).

Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas admin. públicas por NUTS

Unidade: Euros

Entidades do sector das administrações públicas na "Atividade de saúde humana"

		Rei	muneração	base média	a mensal (€))				Ganho r	nédio mens	sal (€)		
NUTS II e III	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	Varia	ação (%) out-18/ out-14	outubro 2014	outubro 2015	outubro 2016	outubro 2017	outubro 2018	Varia V.H.	ção (%) out-18/ out-14
Portugal	1 363,6	1 368,1	1 420,8	1 421,5	1 432,0	0,7	5,0	1 663,6	1 675,6	1 722,0	1 757,2	1 828,2	4,0	9,9
Continente	1 375,6	1 379,3	1 431,4	1 430,6	1 442,7	0,8	4,9	1 670,3	1 682,5	1 728,0	1 761,9	1 835,2	4,2	9,9
Norte	1 393,9	1 407,8	1 466,4	1 468,8	1 481,4	0,9	6,3	1 712,7	1 760,7	1 800,9	1 832,6	1 908,4	4,1	11,4
Alto Minho	1 503,9	1 507,3	1 563,2	1 553,9	1 572,5	1,2	4,6	1 754,1	1 772,4	1 812,0	1 840,4	1 956,7	6,3	11,6
Cávado	1 484,1	1 477,3	1 549,7	1 539,2	1 542,0	0,2	3,9	1 797,8	1 800,2	1 891,9	1 946,5	1 985,8	2,0	10,5
Ave	1 431,6	1 468,3	1 539,4	1 518,6	1 538,5	1,3	7,5	1 787,0	1 850,8	1 910,6	1 925,3	1 981,4	2,9	10,9
Área Metropolitana do Porto	1 378,6	1 391,5	1 450,7	1 461,1	1 469,5	0,6	6,6	1 689,6	1 746,1	1 781,7	1 815,5	1 885,9	3,9	11,6
Alto Tâmega	1 543,2	1 518,6	1 580,0	1 569,2	1 625,1	3,6	5,3	1 842,4	1 836,9	1 908,0	1 949,0	2 080,3	6,7	12,9
Tâmega e Sousa	1 352,1	1 381,3	1 438,0	1 417,5	1 436,7	1,4	6,3	1 694,2	1 733,0	1 807,6	1 806,5	1 873,2	3,7	10,6
Douro	1 399,8	1 423,3	1 463,6	1 464,8	1 486,0	1,5	6,2	1 749,9	1 826,0	1 797,4	1 838,1	1 948,6	6,0	11,4
Terras de Trás-os-Montes	1 340,0	1 346,5	1 402,0	1 396,7	1 423,5	1,9	6,2	1 727,3	1 705,7	1 787,3	1 831,3	1 939,1	5,9	12,3
Centro	1 414,0	1 412,4	1 461,2	1 459,1	1 468,6	0,7	3,9	1 716,5	1 689,3	1 728,2	1 772,2	1 845,2	4,1	7,5
Região de Aveiro	1 429,8	1 428,3	1 483,7	1 482,7	1 485,3	0,2	3,9	1 750,2	1 680,1	1 743,1	1 798,1	1 836,1	2,1	4,9
Região de Coimbra	1 377,9	1 392,9	1 429,4	1 424,8	1 451,3	1,9	5,3	1 562,6	1 596,3	1 614,2	1 653,2	1 720,4	4,1	10,1
Região de Leiria	1 409,7	1 413,3	1 441,6	1 476,6	1 512,8	2,5	7,3	1 834,7	1 851,0	1 741,3	1 806,0	1 984,8	9,9	8,2
Viseu Dão Lafões	1 406,3	1 366,0	1 412,1	1 379,0	1 388,7	0,7	-1,3	1 719,7	1 662,1	1 736,9	1 739,3	1 857,9	6,8	8,0
Beiras e Serra da Estrela	1 309,5	1 322,6	1 357,1	1 356,5	1 376,2	1,5	5,1	1 529,6	1 548,9	1 571,2	1 603,4	1 661,5	3,6	8,6
Beira Baixa	1 392,0	1 397,5	1 440,3	1 442,1	1 455,6	0,9	4,6	1 702,1	1 699,1	1 729,5	1 787,4	1 852,3	3,6	8,8
Oeste	1 489,4	1 492,1	1 546,7	1 542,1	1 545,8	0,2	3,8	1 720,4	1 743,4	1 812,9	1 845,5	1 958,5	6,1	13,8
Médio Tejo	1 424,0	1 425,6	1 501,4	1 493,4	1 475,7	-1,2	3,6	1 754,6	1 727,8	1 817,5	1 867,1	1 880,4	0,7	7,2
Área Metropolitana de Lisboa	1 352,2	1 347,6	1 394,4	1 396,1	1 405,9	0,7	4,0	1 613,3	1 614,8	1 666,5	1 704,5	1 767,3	3,7	9,6
Alentejo	1 330,2	1 340,4	1 397,5	1 373,5	1 394,8	1,6	4,9	1 647,1	1 666,4	1 736,2	1 736,3	1 813,6	4,5	10,1
Alentejo Litoral	1 218,8	1 234,9	1 290,2	1 248,0	1 275,5	2,2	4,7	1 531,5	1 515,0	1 587,1	1 549,4	1 653,8	6,7	8,0
Alto Alentejo	1 294,2	1 309,8	1 406,2	1 364,5	1 379,4	1,1	6,6	1 588,3	1 674,0	1 785,3	1 769,4	1 833,2	3,6	15,4
Alentejo Central	1 351,6	1 369,2	1 443,6	1 443,2	1 449,0	0,4	7,2	1 683,6	1 721,0	1 828,5	1 855,6	1 905,0	2,7	13,2
Baixo Alentejo	1 360,3	1 378,9	1 408,8	1 380,0	1 394,7	1,1	2,5	1 656,0	1 678,2	1 739,8	1 733,7	1 827,4	5,4	10,4
Lezíria do Tejo	1 357,4	1 350,9	1 387,9	1 364,7	1 405,4	3,0	3,5	1 695,8	1 665,9	1 682,1	1 686,7	1 773,2	5,1	4,6
Algarve	1 265,7	1 271,7	1 319,3	1 318,2	1 338,3	1,5	5,7	1 533,1	1 554,4	1 590,9	1 613,3	1 729,3	7,2	12,8
Região Autónoma dos Açores	1 275,0	1 284,4	1 336,3	1 350,1	1 352,0	0,1	6,0	1 648,4	1 650,7	1 728,5	1 763,5	1 834,6	4,0	11,3
Região Autónoma da Madeira	1 162,4	1 175,7	1 242,3	1 260,7	1 249,6	-0,9	7,5	1 519,1	1 530,5	1 571,0	1 632,6	1 651,3	1,2	8,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013. Notas: Ver Quadro 10.3.

Gráfico 11.10 Remunerações e variação nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2018

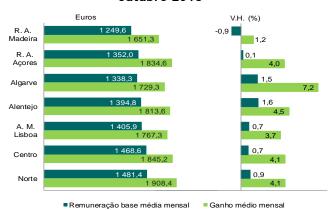
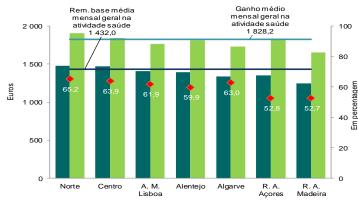


Gráfico 11.11 Remunerações dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2018



■Remuneração base média mensal ■ Ganho médio mensal ◆ Peso (%) do pessoal saúde 38



12. Distribuição geográfica do emprego e remunerações nas câmaras municipais por NUTS

A 31 de dezembro de 2017, as câmaras municipais apresentam uma dimensão média de emprego de 330,1 trabalhadores, valor com o máximo na Área Metropolitana de Lisboa e mínimos na Região Autónoma dos Açores, no Douro, na Beira Baixa e no Alto Alentejo (Quadro 12.1). De notar que apesar da elevada dimensão média das câmaras municipais na Área Metropolitana de Lisboa (1 450,9 trabalhadores em média) o emprego municipal por mil residentes desta região situa-se ainda assim abaixo da média nacional (Quadro 12.1 e Gráficos 12.1 e 12.2).

Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2018

Câmaras Municipais

	Câmaras Municipais (N.°)	Rep. poder legislativo e orgãos executivos	Dirigente	Técnico Superior	Informát.		Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(11)/(1)	(13)
Portugal	308	1 238	2 804	20 903	1 443	24 111	47 192	1 491	2 341	150	101 673	330,1	9,9
Continente	278	1 131	2 688	20 264	1 374	22 938	43 774	1 467	2 110	150	95 896	345,0	9,8
Norte	86	366	918	5 812	439	6 587	12 760	589	543	38	28 052	326,2	7,9
Alto Minho	10	39	67	432	39	628	1 227	0	64	0	2 496	249,6	-
Cávado	6	30	79	557	44	563	1 071	40	98	12	2 494	415,7	-
Ave	8	39	84	661	37	689	1 320	88	0	0	2 918	364,8	-
Área Metropolitana do Porto	17	96	432	2 532	193	2 709	4 449	398	380	12	11 201	658,9	-
Alto Tâmega	6	20	42	262	22	291	711	9	0	0	1 357	226,2	-
Tâmega e Sousa	11	47	96	536	32	696	1 550	52	0	0	3 009	273,6	-
Douro	19	60	72	514	41	657	1 454	2	1	12	2 813	148,1	-
Terras de Trás-os-Montes	9	35	46	318	31	354	978	0	0	2	1 764	196,0	-
Centro	100	387	575	4 544	312	5 171	10 559	74	282	6	21 910	219,1	9,9
Região de Aveiro	11	52	93	559	45	680	1 029	13	0	0	2 471	224,6	-
Região de Coimbra	19	74	125	1 037	58	1 084	2 101	46	142	2	4 669	245,7	-
Região de Leiria	10	41	56	408	24	475	864	0	58	0	1 926	192,6	-
Viseu Dão Lafões	14	54	64	462	39	628	1 528	15	45	1	2 836	202,6	-
Beiras e Serra da Estrela	15	52	51	706	40	651	1 586	0	0	0	3 086	205,7	-
Beira Baixa	6	18	23	188	15	228	524	0	0	0	996	166,0	-
Oeste	12	48	86	619	42	776	1 597	0	2	0	3 170	264,2	-
Médio Tejo	13	48	77	565	49	649	1 330	0	35	3	2 756	212,0	-
Área Metropolitana de Lisboa	18	106	738	6 461	348	6 348	10 219	798	1 031	67	26 116	1 450,9	9,2
Alentejo	58	205	235	2 181	182	3 038	7 276	0	67	7	13 191	227,4	18,7
Alentejo Litoral	5	22	46	337	29	530	1 097	0	0	1	2 062	412,4	-
Alto Alentejo	15	50	46	384	25	560	1 310	0	0	0	2 375	158,3	-
Alentejo Central	14	48	50	511	52	660	2 007	0	0	3	3 331	237,9	-
Baixo Alentejo	13	44	49	440	35	639	1 646	0	0	1	2 854	219,5	
Lezíria do Tejo	11	41	44	509	41	649	1 216	0	67	2	2 569	233,6	-
Algarve	16	67	222	1 266	93	1 794	2 960	6	187	32	6 627	414,2	15,2
Região Autónoma dos Açores	19	64	56	281	35	627	1 658	24	0	0	2 745	144,5	11,3
Região Autónoma da Madeira	11	43	60	358	34	546	1 760	0	231	0	3 032	275,6	12,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); INE - Inquérito ao Emprego 4.ºT 2017 e Censos 2011; DGAEP/DIOEP; Ver IV. Notas Técnicas Nota: " - ": Ver sinais convencionais.

NUTS - versão 2013.



Os valores máximos do indicador emprego em câmaras municipais em relação à população residente abrangida (mil residentes), ao nível de NUTS II, registaram-se nas regiões do Alentejo (18,7) e Algarve (15,2) e o valor mínimo no Norte (7,9).

De salientar que em todas as regiões o maior peso dos trabalhadores na carreira de assistente operacional, em relação às restantes, representa perto de metade do emprego nos municípios (46,4%) (Quadro 12.1 e Gráficos 12.1 a 12.4).

Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2018

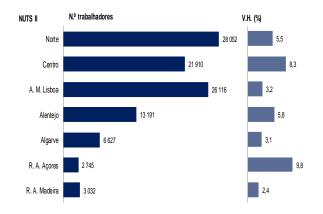
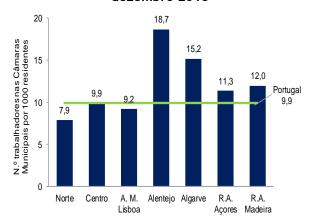


Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais em relação à população residente abrangida, por NUTS II, 31 dezembro 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013.

Numa análise dos indicadores referentes ao último dia do segundo semestre de 2018, face ao mesmo período de 2017, constata-se que o emprego nas câmaras municipais aumentou em todas as regiões, constatando-se o maior acréscimo na Região Autónoma dos Açores com 9,8%, seguindo-se as regiões do Centro e Alentejo, (8,3% e 5,8% respetivamente) (Gráfico 12.1).

No território português, o emprego nas câmaras municipais concentra-se, ao nível de NUTS II, na região Norte, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (no conjunto, 74,8% do total de emprego das câmaras municipais) (Quadro 12.1 e Gráfico 12.3).

Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2018

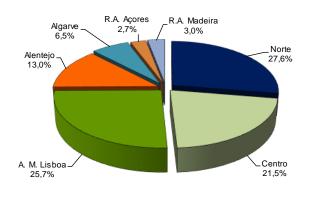
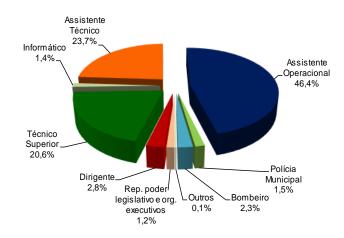


Gráfico 12.4 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013.



O mês de referência (outubro) do segundo semestre de 2018 caracteriza-se por um ligeiro aumento das remunerações médias mensais dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais em todas as regiões, ao nível de NUTS II, comparativamente com o período homólogo, apresentam uma variação positiva entre 0,6% e 2,3%. A remuneração média mensal e o ganho médio mensal dos trabalhadores na Área Metropolitana de Lisboa situam-se acima da média nacional essencialmente devido à grande concentração de técnicos superiores nas câmaras municipais desta região (Quadro 12.2 e Gráficos 12.5 e 12.6).

Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS

Unidade: Euros Câmaras Municipais Remuneração base média mensal (€) Ganho médio mensal (€) Variação (%) Variação (%) NUTS II e III outubro out-18/ out-18/ 2014 2015 2016 2017 2018 2014 2015 2016 2017 2018 V.H. V.H. out-14 out-14 Portugal 947,9 957,7 978,0 983.8 994.6 1 101.2 1 124.6 1 145.3 1 170.8 1,1 4,9 1 088.1 2.2 7,6 953,1 963,3 983,6 989,1 1 093,4 1 107,0 1 130,2 1 151,9 1 176,5 Continente 999.7 1.1 4.9 2.1 7.6 952.4 964.9 988.6 1 001.5 1.2 1 074.8 1 087.3 1 113.6 1 139.1 Norte 1 013.7 6.4 1 163.8 2.2 8.3 945.5 1 033.0 1 044.5 1 056,3 1 068,6 1 084.4 Alto Minho 918,1 928.4 940.1 949.7 0,5 3,4 1,5 5,0 1 007.0 Cávado 994,7 1 030,7 1 052.8 1 053.9 0,1 6,0 1 118,2 1 137,9 1 159,2 1 180.9 1 208.3 2,3 8,1 932,5 950,7 967,5 973,2 992,4 2,0 6,4 1 054,0 1 071,3 1 088,0 1 104,0 1 132,7 2,6 7,5 Área Metropolitana do Porto 978,9 990,7 1 017,4 1 036,9 1 057,9 2,0 8,1 1 110,2 1 120,1 1 152,7 1 192,3 1 223,6 2,6 10,2 Alto Tâmega 914.9 924.8 947.3 961.6 967.5 0,6 5.8 1 025.8 1 035.8 1 061.3 1 084.0 1 105.3 2,0 7.8 942.1 957.1 974.8 980.0 975.2 -0,5 3.5 1 053.8 1 069,4 1 084.1 1 098.7 1 110.5 Tâmega e Sousa 1,1 5.4 1 048,9 924.1 934.8 955.8 963.2 967.5 0.5 1 037.7 1 068.7 1 086.8 1 102.8 Douro 4.7 1.5 6.3 945.7 976.2 3.2 1 008.7 1 018.6 1 074.9 Terras de Trás-os-Montes 893.5 946.7 9.3 1 069.2 1 116.6 3.9 10.7 904.1 Centro 928,2 937,5 956,6 964,7 971,1 0,7 4,6 1 042,0 1 055,3 1 074,5 1 093,0 1 113.0 1,8 6,8 Região de Aveiro 965,6 980,6 979,2 -0,1 1 066,2 1 076,7 1 098,1 1 132,6 1 135,7 0,3 941,7 946,1 4,0 6,5 937,4 942,5 957,1 968,0 993,9 2,7 1 052,9 1 063,3 1 075,3 1 093,1 1 138,9 Região de Coimbra 6,0 4,2 8,2 Região de Leiria 875.6 883,1 913.8 914.0 927,2 1,4 5.9 989.0 995.5 1 027.0 1 039.3 1 066.6 2,6 7.9 Viseu Dão Lafões 921,3 923,7 936,9 944,3 943,0 -0,1 2,4 1 023,3 1 030,5 1 044,7 1 055,4 1 070.4 1,4 4,6 Beiras e Serra da Estrela 912.2 934.5 955,4 961,2 955.9 -0,6 4.8 1 021,4 1 046.6 1 067.3 1 081,2 1 084,4 0,3 6.2 Beira Baixa 904.0 920.4 942.4 944.6 950.9 0,7 1 014.8 1 024.4 1 044.9 1 060.0 1 073.5 1,3 5.2 5.8 992.0 1 010.5 1 027,1 1 039.8 Oeste 1 057.0 1,7 6,6 1 105.5 1 132,2 1 151,2 1 168,1 1 207.6 3,4 9.2 Médio Tejo 925,7 929.4 944.7 948,9 964,2 1,6 4,2 1 039,6 1 047,3 1 059,7 1 074,7 1 110,4 3,3 6,8 Área Metropolitana de Lisboa 019,3 032,0 048,0 1 047,7 1 061,2 1,3 1 208,3 1 232,1 1 250,5 1 276,5 1 309,1 2,6 8,3 885,1 891,9 912,4 911,2 919,9 1,0 3,9 1 016,4 1 022,3 1 047,2 1 058,6 1 077,0 1,7 Alentejo Alenteio Litoral 902,2 904.0 918.0 907.5 926.8 2.1 2.7 1 043,9 1 049.3 1 067,4 1 069.6 1 098,3 2.7 5.2 6,4 Alto Alentejo 879.2 894.7 916,5 915,0 917,6 0,3 4.4 1 001.9 1 013.5 1 041.1 1 052,0 1 065,7 1,3 Alentejo Central 875,4 884,1 902,5 904,2 905,0 0,1 1 004,0 1 007,2 1 036,1 1 044,8 1 064,4 1,9 6,0 3,4 853.9 857.1 877.3 879.7 897.1 2.0 984.7 989.1 1 010.6 1 029.4 1 037.4 Baixo Alenteio 5.1 0,8 5.4 Lezíria do Teio 924.6 929.2 956.8 956.5 960.7 0.4 1 059.4 1 065.5 1 092.8 1 107.4 1 130.4 2.1 3.9 6.7 Algarve 907,5 910,1 936,0 936,2 952,4 1,7 4,9 1 031,7 1 033,5 1 069,5 1 081,6 1 114,0 3,0 8,0 Região Autónoma dos Açores 872,3 883,1 900,0 897,1 902,4 0,6 3,5 1 004,8 1 013,3 1 037,1 1 042,9 1 063,6 2,0 5,9 1 031,8 1 091,2 5.8 Região Autónoma da Madeira 857.7 858.1 877.3 896,2 916,8 2.3 6.9 1 003.8 1 003.8 1 031.3 8.7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019); DGAEP/DIOEP; NUTS - versão 2013. Notas: Ver Quadro 11.1.

Gráfico 12.5 Remunerações e variação nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2018

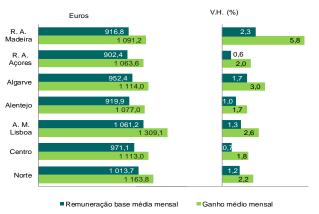
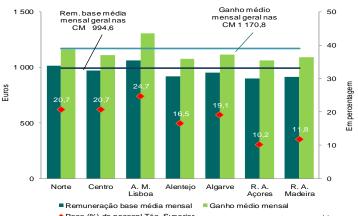


Gráfico 12.6 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2018





13. Prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado

Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração Unidade: prestadores de serviço Distribuição dos prestadores de serviços Distribuição dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços egundo a modalidade de prestação de serviços Variação Variação no último dia do semestre (N.º) no semestre (N.°) Homóloga Homóloga 2.° semestre 2017 2.° semestre 2018 Tarefa Avença Total Tarefa Avença Total Tarefa Avença Total <u>14 4</u>35 9 875 24 310 14 149 8 123 22 272 8 212 15 138 6 199 13 929 -2 038 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 2 321 10 186 2 443 12 629 10 296 2 265 12 561 5 061 7 382 6 071 1 839 7 910 528 -68 Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (i) 63 180 -153 90 379 19 398 8 252 583 19 602 381 10 391 -211 Presidência do Conselho de Ministros 244 -146 Ministério da Administração Interna 54 101 155 40 74 114 -41 55 103 158 50 86 136 -22 Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rura 10 7 17 5 5 10 -7 11 18 10 16 -2 Ministério do Ambiente e da Transição Energética 0 0 0 0 3 527 2 154 52 Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 466 183 649 363 164 -122 1 963 191 2 024 182 2 206 Ministério da Cultura 57 0 16 -41 94 47 128 56 16 8 102 81 26 Ministério da Defesa Nacional 0 371 371 0 34 -337 0 400 400 0 51 51 -349 Ministério da Economia 0 434 0 531 531 97 434 434 611 611 177 434 0 0 Ministério da Educação 230 103 333 107 125 232 -101 280 114 394 234 211 445 51 Ministério das Finanças 0 3 0 5 0 0 Ministério da Justica 239 120 359 292 130 422 63 240 120 360 296 131 427 67 Ministério do Mar 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 Ministério dos Negócios Estrangeiros 68 108 176 43 52 -81 78 109 187 58 52 110 -77 95 Ministério do Planeamento 0 0 0 0 0 0 0 0 0 Ministério das Infraestruturas e da Habitação n 0 n n Ministério da Saúde 352 303 655 364 282 646 -9 402 318 720 443 331 774 54 Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social 3 195 329 3 524 4 581 347 4 928 1 404 6 453 338 6 791 6 626 354 6 980 189 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL 1 865 5 891 7 756 1 659 4 360 6 019 -1 737 4 249 7 432 3 853 5 858 -1 970 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS ACORES 0 n O 0 n n n n n ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA 10 9 15 ADMINISTRAÇÃO LOCAL 5 884 7 746 4 359 7 423 11 666 9 705 -1 961

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019; série revista); DGAEP/DIOEP

1 862

Notas: (i) Inclui tribunais; dados não disponíveis para Assembleia da República e Serviços de apoio direto ao Presidente da República. Inclui administração direta e indireta; não inclui sector empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Servicos Autónomos da Administração Autárquica.

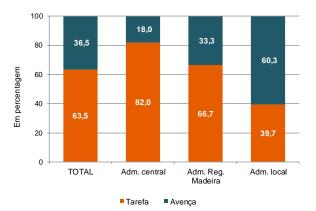
1 655

6 014

-1 732

4 243

Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2018



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019);

DGAEP/DIOEP

Os prestadores de serviços contabilizados tanto no último dia do semestre como durante o 2.º semestre de 2018 registaram uma diminuição de 8,0% e 8,4% respetivamente, quando comparados com o período homólogo, tendo a modalidade de avença contribuído mais significativamente para esta quebra. Os decréscimos são em grande parte resultantes do processo de regularização extraordinária de vínculos precários.

3 849

5 856

No 2.° semestre de 2018, 63,5% do total de contratos de prestações de serviços foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 13.1).

A grande maioria dos prestadores de serviços (91,2%) exercem a sua atividade em entidades enquadradas na atividade Administração Pública, Defesa e Segurança Social obrigatória (Secção O) (Quadro 13.2).

Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica

Unidade: prestadores de serviço			Distribuição segundo a modalidade de prestação de serviços no último dia do semestre (N.º)						Estrutura %		ção
ção		3	31 dez 2017 31 dez 2018			8	31 dez	31 dez	Homóloga		
Secção	CAE Rev.3	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	2017	2018	N.º	%
	Total	6 926	8 212	15 138	7 730	6 199	13 929	100,0	100,0	-1 209	-8,0
0	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	5 914	7 446	13 360	6 940	5 770	12 710	88,3	91,3	-650	-4,9
Р	Educação	643	175	818	427	167	594	5,4	4,3	-224	-27,4
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	367	548	915	361	246	607	6,0	4,4	-308	-33,7
Outras	Outras atividades (a)	2	43	45	2	16	18	0,3	0,1	-27	-60,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 30-04-2019; série revista); DGAEP/DIOEP

Notas: (a) indústrias transformadoras; atividades de consultoria, científicas e técnicas; atividades administrativas e dos serviços de apoio; e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.



IV. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, as empresas do sector empresarial do Estado e dos sectores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas. O universo de entidades do SIOE é definido e tem como fonte os dados fornecidos pelo INE/DCN.

O presente BOEP n.º 19 (junho 2019), inclui a revisão de toda a série de dados e indicadores de acordo com as alterações no universo definidas pelo INE, I.P. na aplicação do referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), de utilização obrigatória em todos os Estados Membros da União Europeia, por força do Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de maio de 2013. Outras informações no INE, I.P. em http://www.ine.pt.

Na presente edição do BOEP, o universo de entidades é consistente com a lista de entidades que integram o sector das administrações públicas publicada pelo INE, I.P. em março de 2019, bem como com informação das contas nacionais sobre as entidades que integram os subsectores das sociedades não financeiras e financeiras públicas, da qual resultam os dados e indicadores para toda a série, desde o 4.º trimestre 2011, publicados na SIEP 1.º trimestre 2019 e respetivo ficheiro Excel.

A recolha *online* de dados trimestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo de entidades públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho, sendo objeto da informação e dos indicadores estatísticos que integram os capítulos:

Capítulo I - Administrações públicas

Capítulo II - Entidades do sector público, exceto administrações públicas

Capítulo III - Outros indicadores

Capítulo I - Administrações públicas

Administrações públicas: o sector das administrações públicas inclui as unidades institucionais (entidades) que correspondem a produtores não mercantis cuja produção se destina ao consumo individual e coletivo e que são financiadas por pagamentos obrigatórios feitos por unidades pertencentes a outros sectores, bem como todas as unidades institucionais cuja função principal é a redistribuição do rendimento e da riqueza nacional (SEC 2010, §2.111 e seguintes).

Aplicação no contexto das publicações do DEEP: Para efeitos das estatísticas do emprego público, o sector das Administrações Públicas compreende as entidades incluídas nos subsectores do Quadro 14.1, de acordo com a sectorização e o universo 2014 definido pelo INE/DCN:

Quadro 14.1 As Administrações Públicas e os seus subsectores

ÃO	de (al)	Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados do Estado)
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (exceto fundos de segurança social)		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que são produtores não mercantis e são controladas por unidades da administração central
	ninistrações gionais dos Açores da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
L E LOCAL	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades da Administração regional e com impostos que lhes estejam eventualmente consignados.
GIONAL E segurança		Distritos	Assembleias distritais
O REG	Cal	Municípios	Câmaras municipais
ÇÃO dos	ão lo	Freguesias	Juntas de freguesia
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL (exceto fundos de seguran	Administração local	Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das Autarquias Locais e com impostos e taxas locais que lhes estejam eventualmente consignados.
4	◀	Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local
	<u>' </u>	Fundos de Segurança Social	·
2007	SEGURANÇA SOCIAL	da administração central	Inclui todas as unidades institucionais centrais e regionais cuja atividade principal consiste em conceder
	GURAN	Fundos de Segurança Social	prestações sociais.
	SEG SEG	das administrações regionais dos Acores e Madeira	F,
		dos Açores e Madeira	

Fontes: INE, IP; Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013



Capítulo II - Entidades do sector público, exceto administrações públicas

O sector público agrupa as administrações públicas (capítulo I da SIEP) e as sociedades públicas (capítulo II da SIEP); estas podem ser sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas, incluindo o banco central. Todas as unidades institucionais incluídas no sector público são unidades residentes controladas pelas administrações públicas, quer direta, quer indiretamente, por unidades do sector público agregado.

O controlo de uma entidade é definido como a capacidade de determinar a política geral dessa entidade. A distinção entre uma unidade do sector público que faça parte das administrações públicas e uma sociedade pública é determinada pelo teste mercantil/não mercantil. As unidades não mercantis do sector público são classificadas em administrações públicas e as unidades mercantis do sector público são classificadas como sociedades públicas, com exceção de certas instituições financeiras que supervisionam ou servem o setor financeiro, que são classificadas como sociedades financeiras independentemente de serem mercantis ou não mercantis.

A forma jurídica de um organismo não é indicativa da sua respetiva classificação sectorial. Por exemplo, algumas sociedades do sector público juridicamente constituídas podem ser unidades não mercantis, sendo, portanto, classificadas como administrações públicas e não como sociedades públicas (SEC 2010, § 20.303 e seguintes).

Quadro 14.2 O sector público e os seus subsectores

(unidades sob o controlo das administrações públicas)

Administrações públicas	Administração central (exceto fundos de segurança social) Administração regional e local (exceto fundos de segurança social) Fundos de segurança social
Sociedades não financeiras públicas	Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração central Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional dos Açores Sociedades não financeiras públicas detidas pela administ. regional da Madeira Sociedades não financeiras públicas detidas pela administração local
Sociedades financeiras públicas	Instituições financeiras monetárias públicas, incluindo o banco central Outras sociedades financeiras públicas (*)

(*) Outros intermediários financeiros, auxiliares financeiros, sociedades de seguros e fundos de pensões públicos Fonte: Regulamento (UE) N.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, Jornal Oficial L 174, de 26-06-2013; \$20.304, pág. 483; DGAEP/DEEP

Para a evolução dos indicadores de emprego e remunerações no conjunto das **sociedades não financeiras públicas e sociedades financeiras públicas**, é de realçar em particular o impacto no indicador referente às empresas detidas pela administração central por efeito da conclusão de processos de privatização, com consequente saída do universo do sector público das empresas e respetivas participadas indicadas na caixa seguinte.

Quadro 14.3 Resumo de entradas e saídas das sociedades detidas pela administração central

Tabela - Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: resumo de entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego								
Ano / Trimestre	Data	Entidade						
2013/T1	16/01/2013	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.						
2013/T3	17/09/2013	Saída da ANA Aeroportos Portugal, S.A. e participadas						
2013/T4	05/12/2013	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas						
2014/T2	15/05/2014	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas						
2014/T2	03/06/2014	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.						
2014/T3	03/08/2014	Entrada do Novo Banco, S.A. e participadas						
2015/T3	28/07/2015	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas						
2015/T4	30/09/2015	Saída Oceanário de Lisboa, S.A.						
2015/T4	24/11/2015	Saída da Neovalor - Serviços em Ambiente e Saúde, S.A.						
2015/T4	20/12/2015	Entrada do BANIF/Oitante e participadas						
2016/T1	01/01/2016	Entrada de empresas do Grupo ESEGUR						
2016/T1	21/01/2016	Saída CPCARGA - Logistica e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.						
2017/T2	29/06/2017	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas						
2017/T4	18/10/2017	Saída do Novo Banco, S.A. e participadas						

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP - Síntese Estatística do Emprego Público - SIEP 1.º trimestre 2019

Dados sobre mercado de trabalho: INE - Inquérito ao emprego 4.º trimestre de 2018 (Hiperligação: http://www.ine.pt/).

Dados sobre remunerações e PIB: i) INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - (nova série, com ano base 2011). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. (Hiperligação: http://www.ine.pt/). ii) EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices).

(Hiperligação: https://ec.europa.eu/eurostat/data/database).

População residente e População ativa 4.º trimestre de 2018: Estrutura etária e Idade média estimadas a partir de INE - Inquérito ao emprego 4.º trimestre de 2018 e dos Censos 2011 (Hiperligação: http://www.ine.pt/).



NOTAS SOBRE REMUNERAÇÕES

Ao longo da série, associado ao impacto de medidas de reorganização administrativa em todos os subsectores das administrações públicas e à variação do número de trabalhadores, a remuneração base média mensal e o ganho médio mensal no sector, desde outubro 2011, têm apresentado variações por efeito da aplicação de diferentes medidas de política de reduções remuneratórias, em particular e considerando os meses de referência de recolha de dados no SIOE:

- i) De outubro de 2011 a outubro 2013, as remunerações ilíquidas mensais acima de 1 500€ sofreram uma redução entre 3,5% e 10%, dependendo do valor total da remuneração mensal do trabalhador;
- ii) Em janeiro e abril de 2014, as remunerações respetivas incluem a redução remuneratória prevista no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014): uma redução entre 2,5% e 12% para as remunerações acima de 675€;
- iii) Em julho 2014, o valor das remunerações corresponde à remuneração ilíquida mensal sem quaisquer reduções pela aplicação do Acórdão n.º 413/2014, de 30 de maio, do Tribunal Constitucional (declaração de inconstitucionalidade das normas constantes no art.º 33.º da LOE 2014);
- iv) Em outubro de 2014 encontravam-se repostas as reduções salariais referidas entre 2011 e 2013, na aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Por outro lado, os trabalhadores abrangidos pela Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) tiveram uma atualização de 20€ na remuneração de base, que passa de 485€ para 505€ (DL 144/2014, de 30/09), valor que vigorou entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015.
- v) Durante todo o ano de 2015, na aplicação da mesma Lei n.º 75/2014, o valor das remunerações acima de 1 500€ inclui a reversão da redução remuneratória em 20%.
- vi) Em 2016, nos termos da Lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014 será progressivamente eliminada ao longo do ano, com reversões trimestrais. No 1.º trimestre de 2016 é aplicada uma reversão de 40% da redução remuneratória nas remunerações pagas a partir de 1 de janeiro até 31 de março, no 2.º trimestre de 2016 uma reversão de 60% da redução remuneratória a partir de 1 de abril até 30 de junho, no 3.º trimestre do ano, a partir de 1 de julho, uma reversão da redução remuneratória de 80% e no 4.º trimestre do ano, a partir de 1 de outubro, a eliminação completa da redução remuneratória.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31/12, atualizou o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), a qual passou de 505€ para 530€, a partir do primeiro dia do ano de 2016 e na Região Autónoma dos Açores o valor fixou-se em 556,5€, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março.

vii) A partir de 1 de janeiro de 2017, o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) foi atualizado para 557€, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 30 de dezembro. Na Região Autónoma da Madeira foi fixado em 568,14€, através da Resolução n.º 13/2017, de 16 de janeiro de 2017 e na Região Autónoma dos Açores o valor fixou-se em 584,85€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março.

O valor do subsídio de refeição foi atualizado para 4,52€ a partir de 1 de janeiro de 2017 até julho, inclusive, e para 4,77€ a partir de 1 de agosto, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

viii) A partir de **1 de janeiro de 2018**, o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) foi atualizado para 580€, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2017, de 28 de dezembro. Na Região Autónoma da Madeira foi fixado em 590,00€, através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/M, de 28 de fevereiro e na Região Autónoma dos Açores o valor fixou-se em 609,00€, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 8/2015/A de 30 de março.

Também a 1 de janeiro de 2018, foi iniciado o processo gradual de descongelamento de todas as carreiras da Administração Pública consagrado no artigo 18.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018), o qual veio repor as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. Os acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados serão repostos de forma faseada em 2018 e 2019. Em 2018 o faseamento de janeiro a agosto será de 25% e de setembro a dezembro 50%.



TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

- 1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:
 - Análise da evolução temporal dos resultados estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
 - Controlo de outliers análise/validação dos valores anómalos registados; e,
 - Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.
- 2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição.
- 3. A política de revisões tem por objetivo definir as linhas orientadoras e os princípios que devem ser tidos em conta na revisão de resultados já divulgados. A necessidade de proceder a revisões reflete o compromisso que se pretende estabelecer entre, por um lado, a produção de informação estatística o mais atual possível e, por outro, garantir padrões elevados de precisão e rigor. As revisões são um procedimento inerente ao processo de produção e divulgação de estatísticas. A necessidade de revisão dos dados pode ser originada por: i) uma atualização do universo de entidades e a correspondente atualização dos indicadores de emprego; ii) nova informação sobre os dados de emprego recolhidos relativamente a períodos passados que não foi possível integrar a tempo da sua divulgação anterior; iii) correções dos dados anteriormente reportados pelas entidades.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada - Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços conforme previsto no artigo 10° do Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa - quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença - quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração base: (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com carácter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Ganho (mensal): montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios ou suplementos regulares, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Trabalhador a tempo completo: trabalhador cujo período normal de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na entidade/empresa para a respetiva carreira ou na respetiva profissão.

Taxa de feminização = N.º de trabalhadores do sexo feminino / Total de trabalhadores X 100.

Ver também Glossário de Termos Estatísticos e Documento Metodológico em: Metodologias, conceitos e nomenclaturas

CLASSIFICAÇÕES

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE Rev. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE Rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos - V03503, versão de 2013 (Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, publicado no JO L 241 de 13 de agosto. Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JO L 154, de 21 de junho de 2003. (Hiperligação: http://www.ine.pt/)



Índice de quadros e gráficos

Gräfico 1.1 Emprego no sector das administrações públicas	5
Gráficos 1.2 Emprego nas administrações públicas - variação homóloga no final do semestre	5
Gráfico 1.3 Principais motivos de saída definitiva de trabalhadores das administrações públicas, fluxos trimestrais acumulados	6
Gráfico 1.4 Saldo global dos fluxos trimestrais de entradas e saídas dos trabalhadores por subsector	6
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho por sexo, 31 dezembro / 4.º trimestre 2018	6
Gráfico 1.5 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada	7
Gráfico 1.6 Emprego nas administrações públicas em percentagem da população empregada em Portugal e países da OCDE, 2007, 2009 e 2015 (*)	7
Gráfico 1.7 Taxa de feminização no sector público (administrações públicas e sociedades públicas) em Portugal e países da OCDE	8
Gráfico 1.8 Estrutura por grupos etários dos trabalhadores na administração central em Portugal e países da OCDE, 2015 (*)	8
Gráfico 1.9 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.º trimestre 2018	8
Gráfico 1.10 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e na população ativa, 31 dezembro / 4.ºtrimestre 2018	8
Gráfico 1.11 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2018 (ano terminado no trimestre)	9
Gráfico 1.12 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)	9
Gráfico 1.13 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminad	lo no
trimestre)	9
Quadro 2.1.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 31 dezembro 2018	10
Gráfico 2.1.1 Estrutura etária por níveis de administração	10
Gráfico 2.1.2 Evolução da idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem Forças Armadas e de Segurança	10
Gráfico 2.1.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005 e dezembro 2014 a dezembro 2018	11
Quadro 2.1.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 31 dezembro 2018	11
Gráfico 2.1.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem Forças Armadas e de Segurança) por sexo a 31 de dezembro 2018	ß, em
comparação com a população ativa no 4.º trimestre 2018	
Gráfico 2.1.5 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)	
Gráfico 2.1.6 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)	12
Quadro 2.2.1 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2018	
Gráfico 2.2.1 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas por sexo e na população ativa, 31 dezeml	
4.° trimestre 2018	13
Quadro 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas por cargo	14
Gráfico 3.1.1 Dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo e sexo	14
Gráfico 3.1.2 Idade média dos dirigentes nas administrações públicas segundo o cargo, 31 dezembro 2018	14
Quadro 3.1.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos dirigentes nas administrações públicas	15
Gráfico 3.1.3 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, outubro 2017 e 2018	15
Gráfico 3.1.4 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por cargo, outubro 2018	15
Gráfico 3.1.5 Remunerações dos dirigentes nas administrações públicas, por subsector, outubro 2018	15
Quadro 3.2.1 Distribuição e indicadores etários dos trabalhadores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018	16
Gráfico 3.2.1 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, em 31 dezembro de 2011 e de 2018	16
Quadro 3.2.2 Estrutura etária dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 31 dezembro 2018	17
Gráfico 3.2.2 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 2017 e 2018	17
Quadro 3.3.1 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 31 dezembro 2018	18
Gráfico 3.3.1 Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 31 dezembro 2018	
Gráfico 3.4.1 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, outubro 2018	19
Gráfico 3.4.2 Comparação entre a remuneração base média mensal e o peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administra	ações
públicas, outubro 2018	19
Quadro 4.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)	20
Gráfico 4.1 Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 31 dezembro 2018	20
Gráfico 4.2 Estrutura do emprego nas administrações públicas por sexo segundo a CAE, 31 dezembro 2018	20
Quadro 4.2 Emprego nos subsectores das administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE)	21
Gráfico 4.3 Estrutura do emprego na administração central e na administração regional e local, segundo a CAE, 31 dezembro 2018	21
Quadro 4.3 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE	
Gráfico 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2018	22
Quadro 4.4 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, nos subsectores das administrações públicas, segundo a CAE.	23
Gráfico 4.5 Estrutura do ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - outubro 2018	23
Quadro 5.1 Trabalhadores com deficiência por subsector, ministério e sexo	
Gráfico 5.1 Evolução dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência por subsector	24
Gráfico 5.2 Estrutura por sexo dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com deficiência, por subsector, 31 dezembro 2018	



Quadro 6.1 Emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público	25
Quadro 6.2 Remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público	25
Gráfico 6.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2018	25
Gráfico 6.2 Estrutura do ganho médio mensal, outubro 2018	25
Quadro 7.1 Estrutura etária dos trabalhadores nas empresas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018	26
Gráfico 7.1 Estrutura etária nas empresas e demais entidades públicas detidas pelas administrações central e regional da Madeira, 31 dezembro 2018 .	26
Quadro 7.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas, 31 dezembro 2018	27
Gráfico 7.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, 31 dezembro 2018	27
Gráfico 7.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018	27
Quadro 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2017 e 2018	28
Gráfico 8.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela adminis	tração
regional da Madeira, 31 dezembro 2018	28
Gráfico 8.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central, 31 dezembro 2018	28
Quadro 8.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 31 dezembro 2018	29
Gráfico 8.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras o	detidas
pela administração central, 31 dezembro 2018	29
Gráfico 8.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detida	ıs pela
administração regional da Madeira, 31 dezembro 2018	29
Quadro 9.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades por	úblicas
por classificação de atividade económica (CAE Rev.3), 4.º trimestre 2018	30
Gráfico 9.1 Remuneração base e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas e demais entidades públicas detidas pela adminis	stração
central, segundo a CAE Rev.3, outubro 2018	30
Quadro 10.1 Distribuição geográfica do emprego nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS I	31
Quadro 10.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas admin. públicas por cargo, carreira e grupo, por NUTS	
Quadro 11.1 Distribuição geográfica do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS, 31 dezembro 2018	33
Gráfico 11.1 Emprego e variação nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2018	34
Gráfico 11.2 Dimensão média nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário por NUTS II, 31 dezembro 2017 e 2018	
Gráfico 11.3 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar po	
II, 31 dezembro 2017 e 2018	34
Quadro 11.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo em estabelecimentos de educação e ensino públicos por NI	UTS 35
Gráfico 11.4 Remunerações e variação nos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2018	35
Gráfico 11.5 Remunerações dos estabelecimentos de educação e ensino públicos por NUTS II, outubro 2018	
Quadro 11.3 Distribuição geográfica do emprego na atividade de saúde humana nas administrações públicas por NUTS, 31 dezembro 2018	
Gráfico 11.6 Emprego e variação na atividade de saúde humana por NUTS II, 31 dezembro 2018	
Gráfico 11.7 Emprego e variação do pessoal de saúde na atividade de saúde humana, 31 dezembro 2018	
Gráfico 11.8 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 31 dezembro 2018	
Gráfico 11.9 Estrutura do emprego nos estabelecimentos de saúde por carreira e grupo, 31 dezembro 2018	
Quadro 11.4 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo na atividade de saúde humana nas admin. públicas por NU	
Gráfico 11.10 Remunerações e variação nos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2018	
Gráfico 11.11 Remunerações dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, outubro 2018.	
Quadro 12.1 Distribuição geográfica do emprego em câmaras municipais por NUTS, 31 dezembro 2018	
Gráfico 12.1 Emprego e variação nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2018.	
Gráfico 12.2 N.º de trabalhadores nas câmaras municipais em relação à população residente abrangida, por NUTS II, 31 dezembro 2018	
Gráfico 12.3 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 31 dezembro 2018	
Gráfico 12.4 Estrutura do emprego nas câmaras municipais por carreira e grupo, 31 dezembro 2018	
Quadro 12.2 Distribuição geográfica das remunerações dos trabalhadores a tempo completo nas câmaras municipais por NUTS	
Gráfico 12.5 Remunerações e variação nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2018	
Gráfico 12.6 Remunerações nas câmaras municipais por NUTS II, outubro 2018	
Quadro 13.1 Prestações de serviços por nível de administração	
Gráfico 13.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 2.º semestre 2018	
Quadro 13.2 Prestações de serviços por atividade económica	
~~~~~ · · · · · · · · · · · · · · · · ·	